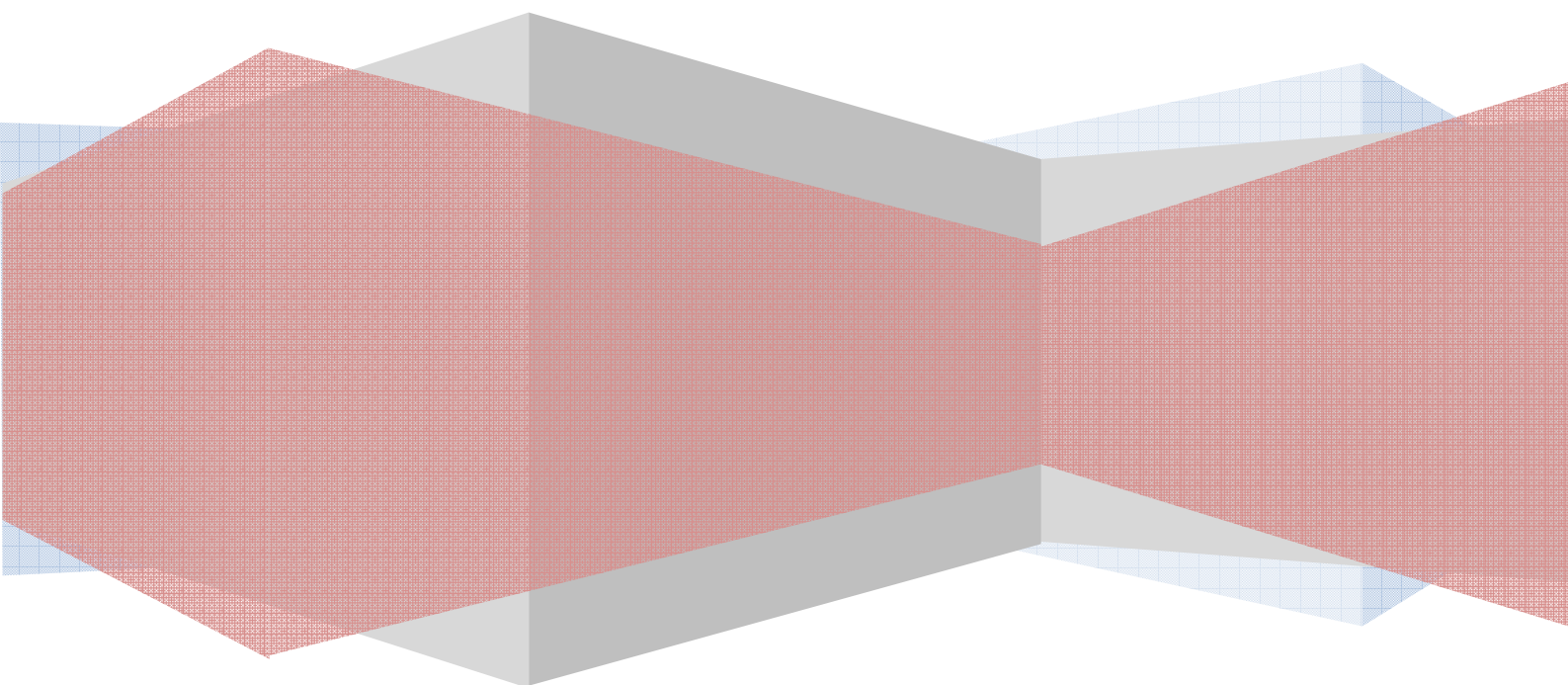




MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

Relatório de Gestão

2010



Índice

1 – Introdução	1
1.1 – Apresentação	1
1.2 – Organização Municipal	1
1.3 – Síntese da Actividade Desenvolvida	4
1.4 – Enquadramento Económico Nacional e Internacional	8
2 – Política Orçamental	13
2.1 – Modificações aos Documentos Previsionais	13
2.2 – Execução Orçamental da Receita	14
2.3 – Execução Orçamental da Despesa	24
2.4 – Execução das Grandes Opções do Plano	39
2.5 – Indicadores Orçamentais	47
3 – Situação Económica e Financeira	49
3.1 – Análise do Balanço	49
3.2 – Análise da Demonstração de Resultados	54
3.3 – Indicadores Económico-Financeiros	58
3.4 – Evolução da Dívida a Terceiros	60
3.5 – Cumprimento dos Limites Legais de Endividamento	62
3.6 – Apuramento dos Custos por Função	65
5 – Proposta de Aplicação dos Resultados	70
6 – Factos Relevantes após o Termo do Exercício	71
7 – Perspectiva Futura	72

1 - INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Em cumprimento do disposto no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2010.

Como parte integrante dos documentos de prestação de contas, no presente relatório pretende efectuar-se uma análise aos principais acontecimentos com reflexos na actividade municipal e, como tal, na sua situação económica e financeira, utilizando os dados dos principais mapas e demonstrações financeiras referentes ao período em análise, comparando-os com os dados de exercícios anteriores.

1.2 Organização Municipal

A gestão do Município de S. Pedro do Sul assenta numa estrutura política composta pelo órgão executivo e pelo órgão deliberativo, que exercem as respectivas competências previstas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. A actividade do Município é executada por uma estrutura administrativa composta por diversos serviços.

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul é constituída por 40 membros, dos quais 21 são eleitos directamente como deputados municipais e 19 desempenham as funções por inerência, na qualidade de Presidentes de Junta de Freguesia.

No presente mandato, os membros do órgão deliberativo têm a seguinte distribuição por forças partidárias:



PSD: 25

PS: 12

Bloco de Esquerda: 2

Grupo de Cidadãos “Freguesia Valadares Sempre”: 1

Presidente da Mesa: **Dra. Maria Ester Vargas de Almeida e Silva**

Câmara Municipal

A Câmara Municipal de S. Pedro do Sul é composta por 7 membros, um Presidente e 6 Vereadores, a quem compete a gestão directa da actividade municipal, utilizando o instrumento de delegação e subdelegação de competências.

Presidente:

Dr. António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo

Vereadores:

Dr. José Alberto da Silva Alexandre e Sousa

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Divisão Financeira, Parque Industrial e Taxas e Licenças

Dr. José Carlos Coelho Ferreira de Almeida

(Com o mandato suspenso desde 11 de Setembro de 2010 e até ao fim do exercício, substituído pelo Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço)

Eng^a. Susana Ramos Almeida Matos

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Planeamento e Gestão Urbanística, Ambiente e Salubridade e Trânsito

Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Turismo, Florestas, Desenvolvimento Rural e Promoção Concelhia



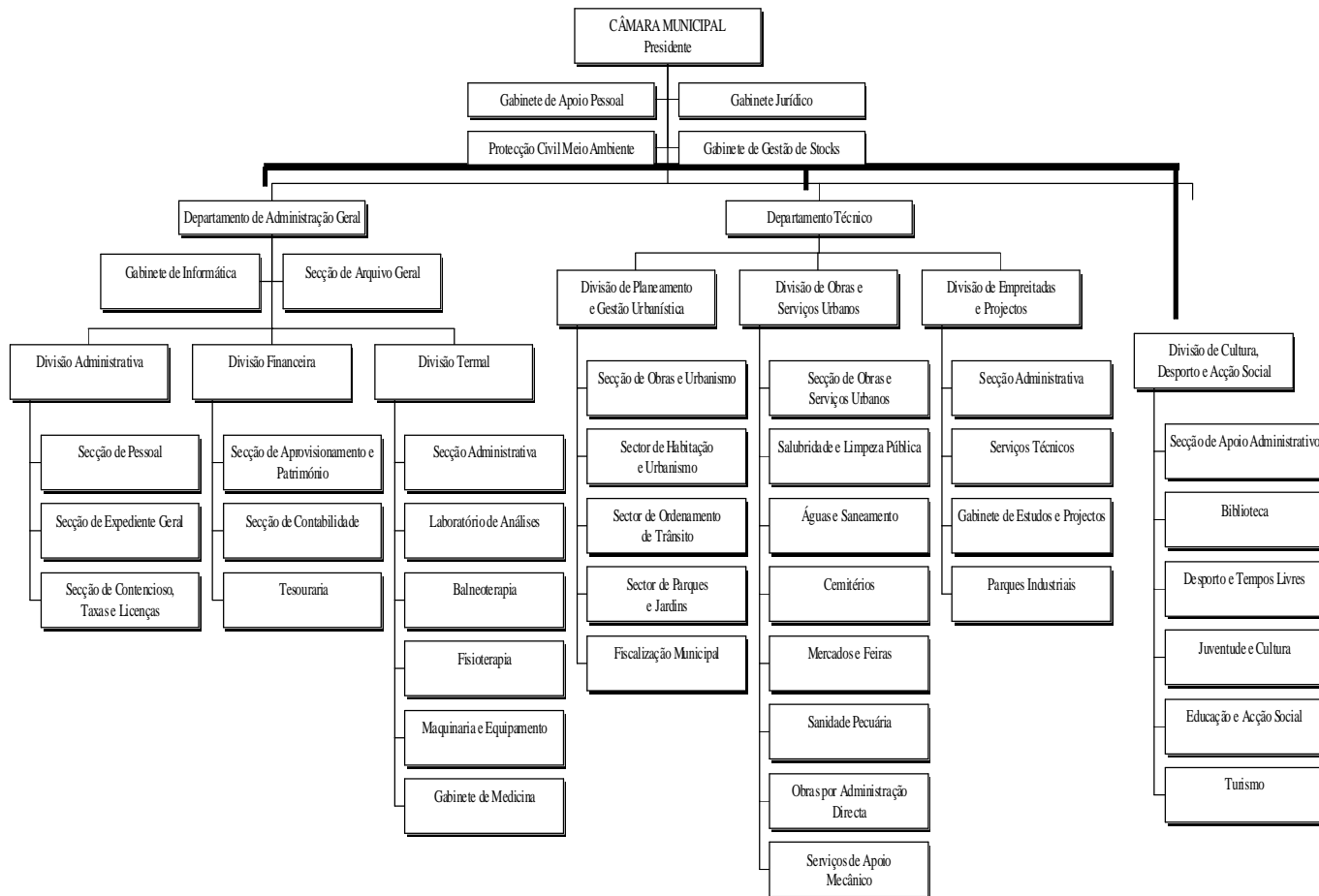
Dra. Olga Maria Coutinho Oliveira Madanelo

Prof. Rogério Fernandes Duarte

Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Educação, Cultura, Desporto e Acção Social

Estrutura Administrativa

A estrutura dos serviços do Município, em 2010, era composta por 2 departamentos municipais, e 7 divisões, que se subdividiam em diversas unidades orgânicas de nível inferior (secções, gabinetes e sectores), tal como se apresenta no seguinte organigrama:



É importante ainda referir que, a partir de 1 de Janeiro de 2011, por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, entrou em vigor uma nova estrutura dos serviços municipais que, apesar de muito semelhante à existente anteriormente, contempla um menor número de serviços.

1.3 Síntese da Actividade Desenvolvida

Para o ano de 2010, todas as estratégias definidas pelo executivo municipal tiveram com objectivo primordial a melhoria das condições de vida da população, mesmo num cenário de crise profunda, durante a qual os recursos são mais restritos, tentando manter a visão integrada de futuro do concelho, que tem servido de guia na definição das políticas dos últimos anos. A gestão municipal nunca descurou esses objectivos e garantiu os investimentos fundamentais, assim como as despesas correntes necessárias ao funcionamento pleno dos equipamentos colectivos e a prestação de serviços públicos com o nível de qualidade compatível com o grau de exigência das populações.

Contudo, a situação financeira nacional e internacional (cujo enquadramento é apresentado no ponto seguinte) tem um impacto agressivo na dinâmica dos Municípios, quer na perspectiva dos recursos afectos por via da participação nos impostos dos Estado, quer por via da obtenção de recursos próprios, cuja dinâmica assenta essencialmente na actividade dos agentes económicos locais, actividade esta que se tem retraído consideravelmente. Esta tendência de agravamento da disponibilidade de recursos financeiros tem obrigado a uma contenção rigorosa das despesas menos produtivas e a um novo planeamento das despesas mais necessárias ou com maior retorno.

A par desta contenção, este executivo tem estabelecido limites à realização de novas despesas e tem dado preferência àquelas que têm receitas associadas ou consignadas, passando agora a assumir os encargos apenas quando os recursos externos estão devidamente assegurados, já que os desvios às previsões iniciais de despesas avultadas têm originado muitos constrangimentos na execução dos planos. Mesmo com uma criteriosa racionalização de encargos, foi possível realizar um programa de investimentos que garantiu os meios essenciais para proporcionar aos munícipes as condições necessárias para uma melhoria da sua qualidade de vida.

Dos investimentos efectuados, e conforme se pode verificar no ponto dedicado à análise das Grandes Opções do Plano, destaca-se a execução de vários projectos na rede viária municipal, nomeadamente, em eixos estratégicos de ligação entre pontos mais movimentados da área mais urbana da cidade, tais como, as variantes de ligação entre a EN 227, a ER228 e a EN 16 ou a ligação da Av. Sá Carneiro à EN 16. Para além destes investimentos de raiz, foi ainda possível continuar o esforço de manutenção e conservação das vias existentes, principalmente nas freguesias mais distantes da sede de concelho, essenciais para o acesso das populações destas localidades aos meios existentes nas zonas mais urbanas e importantes também para mobilidade entre estas freguesias. Merece igualmente destaque o investimento realizado no acesso a um dos eixos rodoviários de maior importância na região, a A24, através das freguesias de Pinho e Pindelo dos Milagres, que permitirá, numa fase posterior, a ligação mais rápida e mais segura de S. Pedro do Sul a esta auto-estrada.

Também a área de abastecimento público de água e saneamento concentrou a atenção do executivo e consideráveis recursos financeiros, uma vez que se continuou com o esforço de ampliação destas redes para zonas até aqui não cobertas com estes serviços urbanos. Foi igualmente importante o empenho na remodelação e melhoria das infra-estruturas já existentes, que requerem, ao longo do tempo, um acompanhamento constante e a substituição de equipamentos de maior desgaste, muitos deles envolvendo custos avultados. Na rede de abastecimento de água foram também apoiadas várias freguesias que exploram os próprios sistemas, para que pudessem executar ou melhorar as suas condições. Ainda relacionada com os serviços

urbanos e ambiente, a criação e manutenção de espaços verdes foi também uma preocupação da gestão municipal, tornando os jardins públicos mais atractivos e adequados às actividades de lazer e ao convívio familiar, para além do seu papel importante de embelezamento das áreas mais residenciais.

O investimento noutras áreas importantes foi também substancial, ainda que com menor visibilidade do que os investimentos já referidos. Alguns revelaram-se um desafio, face aos recursos disponíveis e face às dificuldades na obtenção dos respectivos co-financiamentos da administração central. A área da Educação é um bom exemplo, já que, mesmo com as dificuldades conhecidas, este executivo avançou para a execução de um grande projecto que envolve dois centros educativos, em Carvalhais e S. Pedro do Sul, tendo a empreitada referente ao primeiro arrancado ainda no segundo semestre de 2010. Apesar do elevado custo associado e das dificuldades na obtenção das participações comunitárias já atribuídas ao projecto, a execução da empreitada decorre a bom ritmo e esta nova infra-estrutura estará brevemente disponível para os alunos destas zonas. Complementarmente, continuou-se o esforço no melhor apetrechamento dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo existentes, tendo em vista a melhoria das condições dos alunos e professores. As actividades associadas ao ensino, nomeadamente, de enriquecimento curricular, prolongamento de horário e a rede alargada de transportes escolares continuam a ser desenvolvidas da melhor forma, apesar de representarem também um esforço importante para esta autarquia, sendo, contudo, perfeitamente justificável a bem da formação das crianças e jovens do concelho.

Nas áreas da cultura e desporto têm-se mantido as políticas já desenvolvidas em anos anteriores e que se traduzem na colaboração, tanto nos apoios a associações, clubes, instituições de âmbito social e outras organizações cívicas, como na cooperação pontual em projectos pessoais ou colectivos que promovem estas áreas e que, no fundo, pretendem executar acções ou planos relacionados com as atribuições e competências municipais ou têm especial interesse público e concelhio. Para todos estes programas, os agentes locais têm ao seu dispor um conjunto de equipamentos de boa qualidade que utilizam em condições especiais, como são os complexos

desportivos, o estádio municipal, o Cine-Teatro, entre outros, que têm exigido algum esforço para que se mantenham devidamente operacionais e garantam a satisfação das necessidades.

Relacionada com estas duas áreas, mas no âmbito mais específico da acção social municipal, têm sido desenvolvidas parcerias com instituições do concelho, com o objectivo de promoção da inclusão social e do acompanhamento a estratos populacionais desfavorecidos. No âmbito dos regulamentos municipais, têm sido também atribuídos apoios para melhoria das condições habitacionais, para fomentar a participação nos sistemas de ensino dos educandos pertencentes a famílias com dificuldades económicas e para complementar a protecção e acompanhamento de crianças e jovens em risco de exclusão social.

Para além de todas estas áreas de actuação, e ainda que com uma gestão autónoma, a actividade termal, face à sua importância, continua a merecer um acompanhamento muito próximo. Sendo o termalismo o principal motor de desenvolvimento concelhio, quer pelos resultados directos da actividade de prestação de serviços termais a cargo da empresa municipal Termalitur, quer pela envolvente económica associada à hotelaria, comércio, e outros serviços, e depois de realizados avultados investimentos na reabilitação urbana das termas, nos balneários termais e nas infra-estruturas conexas, a atenção tem sido direccionada para a gestão operacional. Optou-se pela aproximação da gestão aos objectivos traçados pelo executivo e a centralização das preocupações na contínua modernização dos serviços, através da aposta em meios materiais e humanos e na melhoria de procedimentos, adaptando-os às actuais exigências do mercado, de forma a manter a frequência termal e a combater os efeitos provocados pela crise generalizada que afecta todas as áreas de negócio, de que esta não é excepção.

Funcionando como suporte às actividades de todas as áreas agora referidas, a estrutura administrativa também tem sofrido algumas alterações, ainda que a um ritmo mais progressivo. O esforço de modernização administrativa dos serviços tem continuado com vista a um incremento da eficiência nos serviços prestados aos

munícipes. Aproveitando os incentivos comunitários, está em execução um programa de investimentos que têm como objectivos a implementação de um conjunto de soluções para a desmaterialização de vários processos administrativos, a criação de um novo mecanismo de interligação com os munícipes com base na internet e a criação de um novo sistema de informação geográfico, para que o Município esteja mais perto de quem precisa e as respostas às necessidades sejam dadas de forma mais rápida e eficaz.

A par deste avanço nos meios técnicos, foi também alterada a estrutura orgânica dos serviços do Município, por força do novo regime aprovado, através da qual foram extintos alguns serviços dispersos pelas unidades orgânicas municipais e reorganizados outros serviços que passaram a incorporar hierarquias diferentes, com o fim de melhor exercerem as tarefas que lhes estão confiadas.

Em termos financeiros, e como se confirma ao longo do presente relatório, o objectivo foi a consolidação do equilíbrio orçamental, fundamental para que a actividade continuasse de forma sustentada e sem quaisquer penalizações. Procurou manter-se a dívida municipal em níveis perfeitamente suportáveis, cumprindo-se os limites legais, de modo a que os recursos estivessem disponíveis para acorrer às necessidades próprias do cumprimento dos planos definidos.

1.4 Enquadramento Económico Nacional e Internacional¹

Apesar de fortemente marcada pela maior recessão económica dos últimos tempos, a economia mundial tem apresentado sinais de recuperação desde finais de 2009, prolongando-se por 2010, a ritmos bastantes diferenciados entre as várias regiões, com especial destaque para as denominadas economias emergentes, que revelaram uma dinâmica mais forte. No entanto, persiste um nível elevado de incerteza sobre a sustentabilidade da recuperação mundial, associada aos receios sobre a sustentabilidade das finanças públicas, com destaque para algumas economias

¹ Com base nos dados divulgados pelo Banco de Portugal e INE

européias, conforme atestado pela turbulência nos mercados financeiros na primeira metade de 2010. Contudo, persiste alguma fragilidade nos sistemas financeiros, em especial das economias avançadas, associada à diminuição dos factores temporários que justificaram a dinâmica mais forte na primeira metade de 2010, com são exemplos, o fim do ciclo de estímulos à economia e a implementação de medidas de consolidação orçamental em diversas economias avançadas.

Desta forma, após a queda do PIB em 2009, o ano de 2010 registou um fortalecimento da actividade económica mundial, registando uma taxa de crescimento anual mundial em termos reais próxima dos 5% (excluindo a União Europeia). Apesar do retorno da turbulência nos mercados financeiros a partir de Abril de 2010, em consequência dos receios sobre a sustentabilidade das finanças públicas em algumas economias europeias, a recuperação económica manteve-se durante o ano, embora a um ritmo mais lento. A incerteza quanto à sustentabilidade da recuperação económica mundial manteve-se a níveis elevados como consequência da falta de indícios de recuperação sustentada em várias economias mais desenvolvidas. O fortalecimento da actividade mundial deveu-se, principalmente, ao crescimento sustentado das economias denominadas emergentes, impulsionado pelo comércio mundial, pelo mercado das matérias-primas e pela dinâmica da procura interna, enquanto que o desempenho das economias avançadas se revelou lento e não sustentado.

Face ao actual enquadramento, a economia portuguesa enfrenta uma série de desafios extremamente exigentes, que poderão condicionar a actuação dos diversos agentes económicos no futuro mais próximo. Estes desafios, essencialmente ligados às dificuldades no financiamento externo, obrigarão a que o ajustamento nos equilíbrios das entidades públicas e privadas seja feito a um ritmo mais elevado, face às actuais exigências externas. Apesar disso, no ano de 2010 a economia nacional acompanhou a tendência das economias europeias, ainda que a um ritmo mais lento, após uma contracção profunda e prolongada, cujos efeitos se deverão prolongar pelos tempos próximos.

Este desempenho foi amplamente beneficiado pela aceleração internacional, por via de uma melhoria nas condições do comércio internacional, associada a uma evolução nos mercados accionistas e a uma recuperação dos níveis da dívida privada a nível global. No entanto, atendendo às características do ciclo de recuperação referido, espera-se que este dinamismo económico global seja mais calmo devido aos períodos recessivos que o precederam e devido à incerteza que ainda marca a sustentabilidade desta recuperação internacional. Por outro lado, há um factor de enorme relevância a ter em conta, já que os referidos estímulos adoptados pelas autoridades monetárias nacionais e internacionais atingiram já o seu impacto máximo, havendo a tendência para que este se venha a reduzir ao longo do tempo, obrigando a que economias como a portuguesa se adaptem a estas exigências com maior rapidez e criem métodos alternativos para controlar o grau de endividamento externo. Aliás, a situação do agravamento significativo do risco soberano de Portugal ao longo de 2010, que pode ter consequências sérias porque limita o acesso aos mercados internacionais por parte das instituições bancárias portuguesas, foi já um indicador de que os ajustamentos são prementes e inevitáveis, sob pena de um colapso financeiro de amplitude considerável.

Note-se que, face aos precedentes conjunturais negativos, o cenário de elevado défice da economia portuguesa acontece num quadro de baixas taxas de poupança e investimento, com especial destaque para o comportamento das famílias e das empresas, registando-se, neste caso, um aumento considerável das necessidades de financiamento.

Em termos globais, em 2010 assistiu-se a um crescimento do PIB na ordem dos 1,4%, acompanhado pela deterioração continuada do mercado de trabalho, com a evidência de um elevado nível de desemprego, que se situou, no final do ano, em 10,8%. O nível de preços no consumidor registou uma inversão da evolução registada em 2009, verificando-se uma taxa de inflação anual de 1,4%, reflectindo o aumento, já destacado, das matérias-primas, de alguns factores de produção, e induzida ainda pelo aumento da carga fiscal.

Para 2011, as diversas projecções já publicadas apontam para uma contracção da actividade económica portuguesa, perspectivando-se, posteriormente, uma ligeira recuperação em 2012, traduzindo o impacto das fortes medidas de combate aos desequilíbrios acumulados durante anos. Estas projecções estão, contudo, envolvidas em enormes riscos, uma vez que estão dependentes da recuperação a nível mundial e pressupõem um agravamento das medidas de modo a conseguir os ajustamentos necessários. A haver desvios a estes pressupostos, a contracção em 2010 poderá ser ainda mais intensa, pondo em causa a recuperação prevista para 2012.

O ajustamento esperado nos desequilíbrios macroeconómicos, com especial importância para a redução das necessidades de financiamento externo, será, assim, essencial para que a economia percorra a trajectória esperada, cumprindo-se os objectivos de consolidação orçamental definidos pelas entidades nacionais e comunitárias que levarão a uma redução dos custos do financiamento, reduzindo a dependência dos apoios à liquidez do banco central europeu que têm colmatado as dificuldades de financiamento da banca portuguesa. O ajustamento mencionado tem obrigatoriamente que incluir medidas drásticas de eliminação das fragilidades da nossa economia, nomeadamente, através do aumento da eficiência na utilização dos recursos, a afectação destes a sectores produtivos e a eliminação do desperdício na prestação de bens e serviços públicos.

Atendendo ainda a que o ajustamento conseguido ultimamente e a consequente quebra no crescimento foram conseguidos à custa, para além do recurso a medidas excepcionais, da quebra do investimento, a actuação das administrações assume especial relevo, porquanto possuem instrumentos essenciais de potencialização da economia através da escolha das medidas estruturais a implementar e da canalização de recursos públicos para áreas de maior retorno. Torna-se, desta forma, premente uma articulação estreita entre os vários níveis da governação e entre esta e a administração local, cuja importância no investimento de proximidade, na afectação de recursos às necessidades mais evidentes das famílias e das pequenas e médias empresas tem sido fulcral. O grande desafio dos próximos tempo será exactamente o equilíbrio entre estes binómios, ou seja, o cumprimento das medidas de restrição que

permitirão o ajustamento e alocação de recursos aos sectores de maior produto potencial, não descurando o apoio aos sectores mais frágeis da sociedade, dos quais também depende o desempenho da economia portuguesa.

2 - POLÍTICA ORÇAMENTAL

O orçamento municipal para 2010 foi elaborado com base nos princípios e regras definidos no POCAL e demais legislação aplicável, tendo em consideração os pressupostos conjunturais conhecidos à data. Atendendo ao ambiente de restrição e crise económica que se vive, as linhas programáticas definidas para a execução das políticas municipais foram limitadas pela escassez de recursos financeiros, tornando cada vez mais difícil o cumprimento das exigências legais relacionadas com os níveis de endividamento municipal.

Pretendeu-se, assim, executar um plano rigoroso que incluísse um conjunto de investimentos municipais considerados fundamentais, otimizando os recursos disponíveis e procurando reduzir actividades menos produtivas ou consideradas acessórias. Foi também desenvolvido um esforço especial com vista ao aumento de receitas já previstas e à obtenção de receitas novas que viessem complementar o habitual desempenho orçamental municipal.

2.1 Modificações aos Documentos Previsionais

A elaboração dos documentos previsionais tem sempre como objectivo primeiro que as suas componentes e valores se aproximem, o mais possível, das necessidades do desempenho efectivo da actividade municipal. Contudo, tratando-se de previsões e tendo em conta que o âmbito da intervenção municipal é bastante alargado e sujeito, por isso, a várias alterações, surgem regularmente despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o que obriga a reajustamentos das diversas rubricas, quer da despesa, quer da receita, traduzidos em modificações orçamentais sob a forma de alterações ou revisões, dependendo da profundidade e da forma como as mesmas são efectuadas.

Em 2010 foram efectuadas 31 alterações orçamentais e 25 alterações às Grandes Opções do Plano, que consistiram, essencialmente, em transferências de verbas de

rubricas dotadas em excesso para rubricas que se revelaram, ao longo do exercício, insuficientemente dotadas. Realizaram-se ainda 2 revisões orçamentais que se traduziram na incorporação de receitas suplementares decorrentes da aprovação tardia do Orçamento de Estado e também provenientes de projectos posteriormente aprovados e cuja inscrição orçamental era insuficiente ou inexistente.

Das modificações orçamentais realizadas resultou, do lado da despesa, um valor total de reforços de 8,013 milhões de euros e um valor de anulações de 5,412 milhões de euros, enquanto que, do lado da receita, se verificaram inscrições no montante de 3,308 milhões de euros e diminuições no valor de 707 mil euros. Em resultado destas variações, o orçamento inicial foi aumentado em cerca de 817 mil euros. Nas Grandes Opções do Plano, os reforços praticamente igualaram as anulações efectuadas, originando um aumento no financiamento definido para o ano em questão, em pouco mais de mil euros.

Q1. Modificações Orçamentais

Designação	Dotações Iniciais	Reforços	Anulações	Dotações Corrigidas
Receita	24.914.438,00 €	3.307.514,00 €	706.884,00 €	27.515.068,00 €
Despesa	24.914.438,00 €	8.013.023,50 €	5.412.393,50 €	27.515.068,00 €
GOP	11.703.670,00 €	2.417.730,00 €	2.416.190,00 €	11.705.210,00 €

2.2 Execução Orçamental da Receita

A receita total² em 2010 atingiu os 16,844 milhões de euros distribuídos por receitas correntes, no montante de 9,914 milhões de euros, e por receitas de capital, que totalizaram 6,861 milhões de euros. As rubricas designadas por outras receitas, de acordo com o classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, apresentaram uma execução reduzida, como aliás tem sido habitual, na ordem dos 69 mil euros.

² Na presente análise foram consideradas as receitas brutas do exercício.

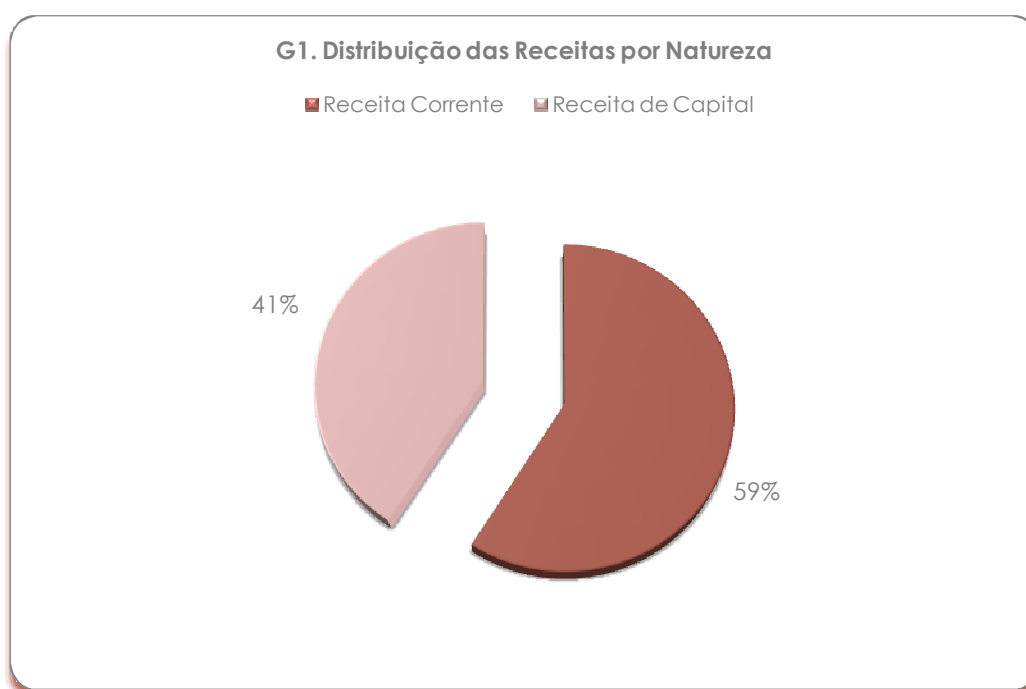
Em termos de taxa de execução e considerando as dotações corrigidas finais, os valores obtidos representam 61% dos montantes previstos, em resultado de uma execução bastante satisfatória das receitas correntes, que apresentaram uma taxa de 75%, e de uma taxa de execução inferior nas rubricas das receitas de capital, de cerca de 48%. Face às dificuldades na obtenção e cobrança de determinadas receitas em ambiente de restrição económica, pode considerar-se que as taxas de execução obtidas foram aceitáveis, apesar da diferença substancial na eficácia da execução por natureza das receitas.

Como vem sendo comum, as receitas correntes registam constantemente valores mais próximos das previsões, precisamente porque dizem respeito a receitas relativamente constantes, cujas previsões resultam, em grande parte, da aplicação obrigatória das regras previsionais do POCAL e, por isso, são mais facilmente determináveis. Por outro lado, as receitas de capital, apresentam normalmente um desempenho menos constante e muito dependente do ambiente conjuntural e da situação dos agentes económicos, apresentando desvios significativos ao longo do exercício, acrescendo o facto de se tratar de um conjunto de receitas de menor número e frequência, mas de valores mais avultados, o que origina diferenças maiores mesmo quando se verificam pequenas alterações das suas condições de cobrança.

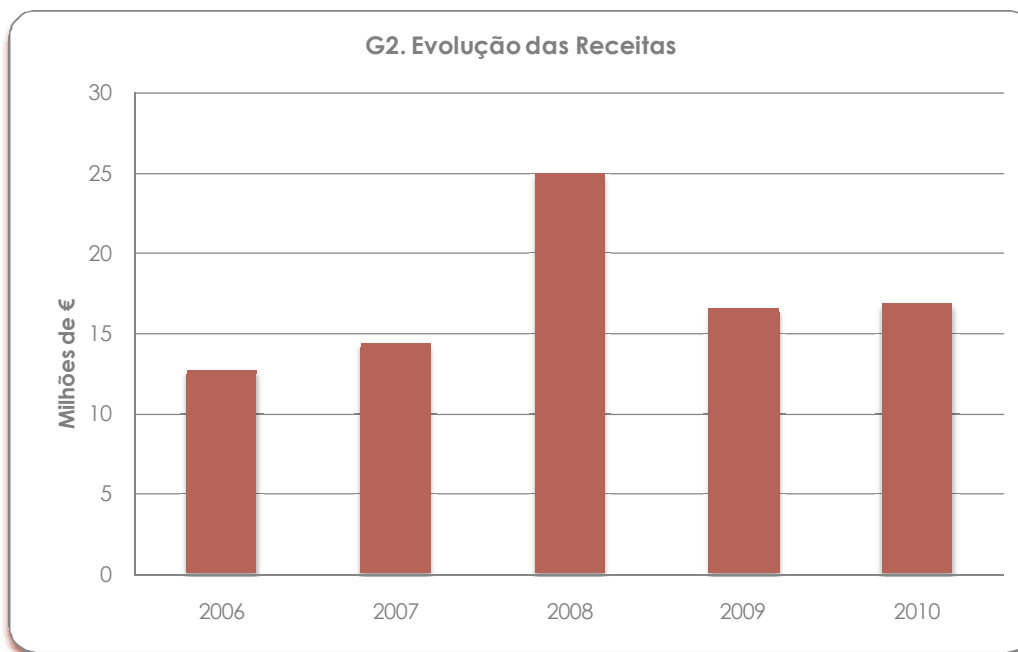
Q2. Execução das Receitas por Natureza

Designação	Dotação	Cobrança	Tx. Execução
Receita Corrente	13.248.891,00 €	9.914.392,40 €	74,83%
Receita de Capital	14.197.331,00 €	6.860.570,37 €	48,32%
Outras Receitas	68.846,00 €	68.950,51 €	100,15%
Total	27.515.068,00 €	16.843.913,28 €	61,22%

Apesar dos factores agora expostos, na análise da distribuição da receita cobrada por natureza económica, pode verificar-se que as receitas correntes representaram cerca de 59% do total, enquanto que as receitas de capital corresponderam a 41% do montante global arrecadado, confirmando-se, apesar de tudo, que o peso de cada grupo de receitas no total está mais equilibrado.



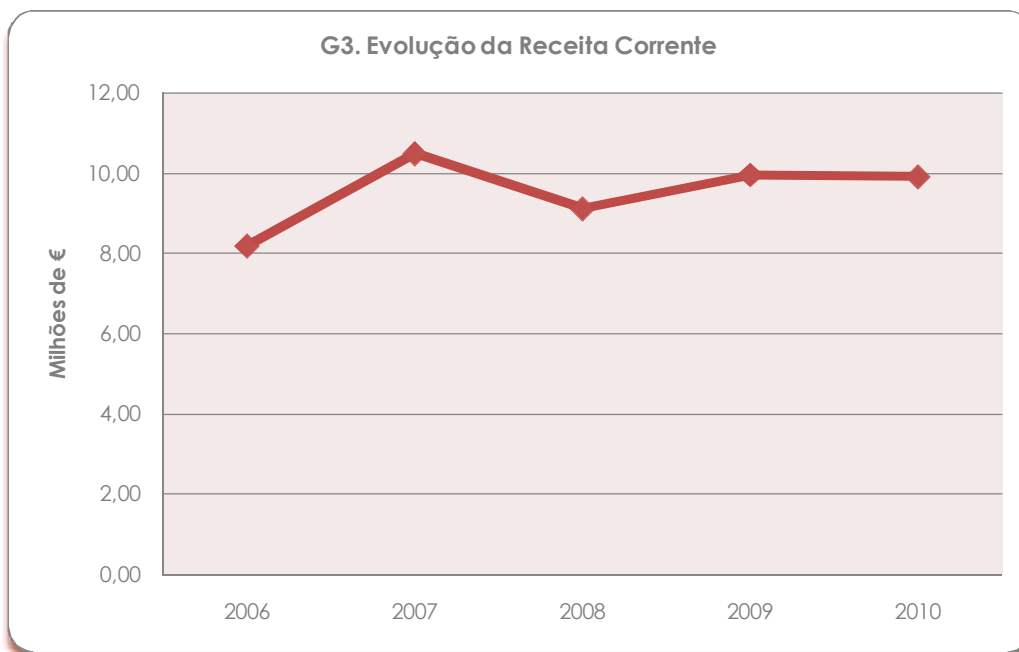
A evolução da receita total cobrada nos últimos 5 anos tem sido progressiva, já que, com excepção do ano de 2008, que registou um valor excepcionalmente elevado devido à alienação do balneário D. Afonso Henriques à Termalitur, EEM, os valores obtidos têm aumentado gradualmente, o que confirma a estratégia do executivo para aumentar a execução financeira da receita, por forma complementar o esforço de controlo da evolução da despesa, tendo em vista o alcance do equilíbrio entre os recursos disponíveis no exercício e todas as suas necessidades. Deve ainda sublinhar-se que, no período analisado e apresentado no gráfico abaixo, excluindo o ano excepcional já referido, a receita total municipal cresceu cerca de 33%, o que não pode deixar de ser entendido como um excelente indicador para as projecções futuras.



Receitas Correntes

Tal como foi já referido, as receitas correntes totalizaram em 2010 cerca de 9,914 milhões de euros, verificando-se uma similitude dos valores totais quando comparados com os valores apurados no ano anterior (2009), já que a ligeira diminuição registada é inferior a 0,5%. Face ao desempenho esperado pelo ambiente de dificuldades económicas vivido actualmente, estes valores podem ser interpretados como bastante positivos, uma vez que se trata essencialmente de impostos, taxas, vendas de bens e serviços, rendimentos e transferências correntes que estão directamente dependentes da actividade dos agentes locais e dos seus resultados.

O valor obtido no ano em análise está, assim, em consonância com o desempenho verificado nos últimos anos, uma vez que, não considerando as variações nas componentes dos rendimentos de propriedade resultantes das reduções verificadas às contrapartidas recebidas da empresa municipal e dos valores variáveis que ficam em dívida entre anos, o valor obtido se situa próximo dos valores apresentados desde 2007.



Analisando a execução orçamental das diferentes rubricas que compõem as receitas correntes, pode-se verificar que a rubrica de *transferências correntes* continua a ser, como vem sendo usual, a que apresenta maiores valores cobrados, com cerca de 6,289 milhões de euros, valor este superior ao indicado nas dotações corrigidas devido às transferências provenientes do Estado que ultrapassaram os valores inicialmente previstos, tendo terminado o exercício com uma taxa de execução de 103%. A segunda rubrica com maiores valores cobrados foi a *venda de bens e serviços correntes*, que registou um montante de 1,332 milhões de euros, proveniente sobretudo da venda de bens e serviços associada aos sistemas de abastecimento de água e saneamento e às rendas obtidas. Contudo, apesar dos valores significativos obtidos, estes ficaram bastante aquém das previsões efectuadas, registando uma taxa de execução de 53%, em resultado da inscrição, em sede de orçamento, de receitas cuja execução era considerada como certa e que não se verificou por diversos motivos, como foi o caso das receitas provenientes do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos, devido às dificuldades da implementação do novo sistema de cobrança.

As rubricas de *impostos directos e rendimentos de propriedade* mantiveram a sua importância na execução das receitas correntes, atingindo valores de 1,323 milhões de euros e 801 mil euros, respectivamente. Para estes valores contribuíram

destacadamente os impostos municipais de maior relevância (IMI, IMT, IUC e derrama), no caso das primeiras, e as participações nos resultados das empresas exploradoras dos parques eólicos em conjunto com as contrapartidas financeiras da Termalitur, EEM, no caso dos rendimentos de propriedade. As taxas de execução desta rubricas foram, contudo, bem diferentes, já que, face à sua previsibilidade, os *impostos directos* obtiveram cobranças superiores aos valores previstos, originando uma taxa de 103%, enquanto que, os rendimentos de propriedade, de carácter mais volátil, ficaram bem abaixo das previsões iniciais, com uma taxa de 26%.

As restantes rubricas têm um peso significativamente mais reduzido, podendo ainda sublinhar-se o valor obtido através da rubrica de *taxas, multas e outras penalidades*, no total de aproximadamente 125 mil euros, e uma taxa de execução de 99%. Por último e com valores pouco significativos, refira-se que os *impostos indirectos* atingiram um montante de pouco mais de 21 mil euros, enquanto que a rubrica de *outras receitas correntes*, de carácter residual, registou um valor pouco superior a 22 mil euros.

Q3. Grau de Execução das Receitas Correntes

Designação	Dotação	Cobrança	Tx. Execução
Impostos directos	1.282.980,00 €	1.323.199,58 €	103,13%
Impostos indirectos	22.770,00 €	21.310,61 €	93,59%
Taxas, multas e outras penalidades	126.120,00 €	124.864,44 €	99,00%
Rendimentos da propriedade	3.072.035,00 €	801.401,11 €	26,09%
Transferências correntes	6.099.913,00 €	6.288.925,49 €	103,10%
Venda de bens e serviços correntes	2.520.236,00 €	1.332.442,08 €	52,87%
Outras receitas correntes	124.837,00 €	22.249,09 €	17,82%
Total	13.248.891,00 €	9.914.392,40 €	74,83%

Na comparação com os valores verificados em 2009, pode destacar-se o crescimento do valor das *transferências correntes*, pelos motivos já descritos, na ordem dos 12%, e das *taxas, multas e outras penalidades*, com um crescimento de 8%. Em sentido

contrário, a rubrica de *outras receitas correntes* registou a maior quebra relativa, de cerca de 49%, apesar de, em termos absolutos, não ter especial significado, acrescendo o facto de ser uma rubrica residual e de contemplar um conjunto de receitas pouco calculáveis. Com um decréscimo que assume maior importância, os valores da rubrica de *rendimentos de propriedade* foram inferiores aos de 2009 em mais de 600 mil euros (43%), devido à redução das cobranças de contrapartidas financeiras provenientes da empresa municipal, tal como já referido anteriormente, que não foram compensadas, nem atenuadas, pelo aumento das receitas associadas aos parques de energia eólica.

As restantes rubricas apresentaram diminuições pouco significativas, quer em termos relativos, quer em termos absolutos, devendo apenas realçar-se a sua forte associação à conjuntura económica restritiva, cujas consequências deverão ainda verificar-se em anos posteriores.

Q4. Comparação das Receitas Correntes Cobradas

Designação	2009	2010	Var. 09/10
Impostos directos	1.363.331,88 €	1.323.199,58 €	-2,94%
Impostos indirectos	22.463,82 €	21.310,61 €	-5,13%
Taxas, multas e outras penalidades	115.567,59 €	124.864,44 €	8,04%
Rendimentos da propriedade	1.411.843,55 €	801.401,11 €	-43,24%
Transferências correntes	5.634.774,21 €	6.288.925,49 €	11,61%
Venda de bens e serviços correntes	1.364.271,68 €	1.332.442,08 €	-2,33%
Outras receitas correntes	43.993,65 €	22.249,09 €	-49,43%
Total	9.956.246,38 €	9.914.392,40 €	-0,42%

Receitas de Capital

As receitas de capital totalizaram 6,861 milhões de euros, traduzindo um crescimento de cerca de 14% em relação aos valores obtidos em 2009. À semelhança do que já se referiu no caso das receitas correntes, este crescimento merece especial destaque

porque foi atingido em resultado de uma política eficaz de aproveitamento dos recursos externos disponíveis, apesar do ambiente conjuntural que tem conduzido à retracção do investimento e no qual se têm agravado as dificuldades de obtenção de financiamento associado. Note-se ainda que este desempenho positivo foi conseguido num exercício em que foram reduzidos consideravelmente os recursos a passivos financeiros, conforme se poderá verificar a seguir.

Analisando o comportamento das receitas de capital nos últimos 5 anos pode verificar-se que tem havido uma grande oscilação nos valores cobrados, que reflectem o impacto de medidas excepcionais adoptadas, cujo efeito se pode considerar pontual. Considerando que, em 2008, o crescimento abrupto das receitas de capital se deveu à alienação de um imóvel altamente valorizado – o balneário termal D. Afonso Henriques – e excluindo este facto da análise, o montante registado no ano de 2010 foi o mais elevado dos últimos exercícios, sendo mesmo superior ao valor registado em 2006, em cerca de 53%, sendo suficientemente demonstrativo do que atrás se referiu.



Não obstante os bons valores registados, na análise da execução de cada uma das rubricas que fazem parte das receitas de capital, pode-se verificar que a *venda de bens de investimento* voltou a não registar qualquer cobrança, apesar dos valores previstos

inicialmente, devido à deterioração das condições de venda deste tipo de bens face ao ambiente económico, que obrigaria à alienação por valores bem inferiores aos constantes nas avaliações oficiais. Por outro lado, pode destacar-se positivamente a execução da rubrica *transferências de capital*, que atingiu os 5,961 milhões de euros, o que equivale a 87% do total das receitas desta natureza, contribuindo para este valor a boa taxa de execução em relação às dotações corrigidas, na ordem dos 79%. Este desempenho resulta essencialmente do aumento das participações comunitárias para projectos co-financiados, evidenciando o excelente aproveitamento das fontes externas de financiamento para investimentos municipais através do QREN, que foi uma das principais preocupações do executivo.

A rubrica *passivos financeiros* registou o valor correspondente ao empréstimo de curto prazo contraído no início do exercício, no montante de 900 mil euros, já que durante 2010 não houve lugar ao recurso a qualquer outro financiamento bancário. As rubricas de *activos financeiros* e *outras receitas de capital* não registaram, como vem sendo habitual, qualquer valor, já que correspondem a movimentos financeiros pouco comuns ou residuais, para os quais não se fazem previsões significativas.

Q5. Grau de Execução das Receitas de Capital

Designação	Dotação	Cobrança	Tx. Execução
Venda de bens de investimento	5.715.780,00 €	0,00 €	0,00%
Transferências de capital	7.519.917,00 €	5.960.570,37 €	79,26%
Activos financeiros	61.504,00 €	0,00 €	0,00%
Passivos financeiros	900.100,00 €	900.000,00 €	99,99%
Outras receitas de capital	30,00 €	0,00 €	0,00%
Total	14.197.331,00 €	6.860.570,37 €	48,32%

Comparando os valores cobrados das rubricas referidas com os montantes do ano anterior, de forma a analisar o desempenho de cada uma delas em termos homólogos, pode destacar-se que, no sentido do que foi atrás sublinhado, o montante recebido de *transferências de capital* sofreu um aumento de 87%, ou seja, mais 2,77 milhões de

euros, enquanto que a rubrica de *passivos financeiros* registou um decréscimo relativo de 68% face aos valores registados em 2009.

Q6. Comparação das Receitas de Capital Cobradas

Designação	2009	2010	Var. 09/10
Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00%
Transferências de capital	3.191.545,23 €	5.960.570,37 €	86,76%
Activos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%
Passivos financeiros	2.850.000,00 €	900.000,00 €	-68,42%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total	6.041.545,23 €	6.860.570,37 €	13,56%

Outras Receitas

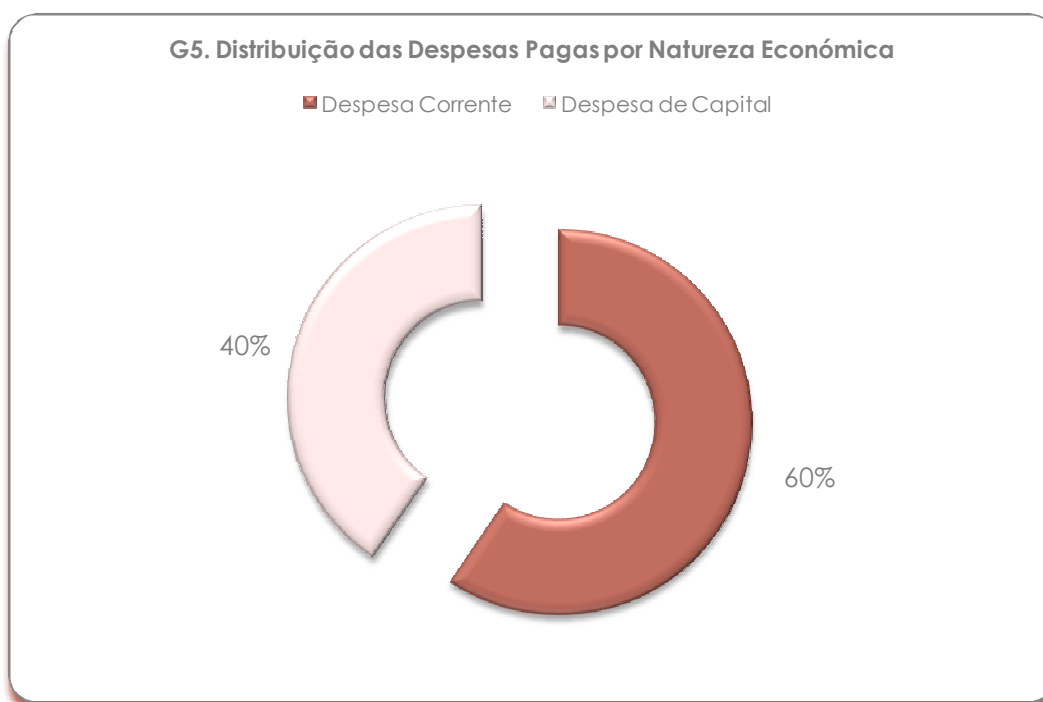
Neste capítulo incluem-se as receitas que não se consideram de natureza corrente ou de capital e que, como já foi referido, apresentam, habitualmente, valores sem significado e peso na estrutura global das receitas municipais. Em 2010, para além de um montante reduzido referente a *reposições não abatidas nos pagamentos*, registou-se o montante correspondente ao saldo da gerência anterior, no valor de pouco mais de 68 mil euros.

Q7. Execução de Outras Receitas

Designação	Dotação	Cobrança	Tx. Execução
Reposições não abatidas nos pag.	10,00 €	114,51 €	8,73%
Saldo da gerência anterior	68.836,00 €	68.836,00 €	100,00%
Total	68.846,00 €	68.950,51 €	99,85%

2.3 Execução Orçamental da Despesa

A despesa total paga totalizou 16,837 milhões de euros, dos quais 10,021 milhões de euros dizem respeito a despesas correntes, enquanto que 6,816 milhões de euros são referentes a despesas de capital. Esta distribuição por natureza traduz-se, em termos relativos, em 60% para despesas correntes e 40% para despesas de capital, o que representa uma evolução em relação ao ano anterior, em consequência de uma maior afectação dos recursos disponíveis para o investimento municipal, para a qual os incentivos do QREN foram preponderantes. É, aliás, notório que, face à forte aposta no financiamento externo ao investimento, em anos de elevada disponibilidade de fundos comunitários, o valor das despesas de investimento se aproxima das despesas correntes ou de funcionamento, verificando-se o oposto em anos de transição entre quadros de apoio ou de congelamento de incentivos.



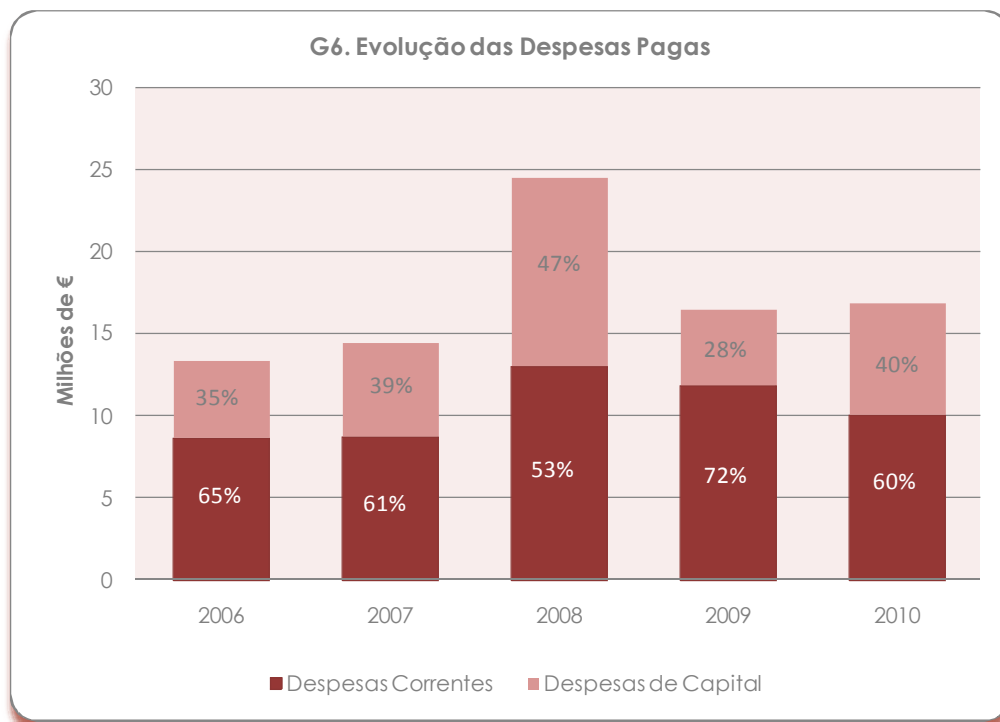
As taxas de execução de cada um destes grupos são também influenciadas pelos recursos disponíveis, tendo-se verificado uma taxa de execução de 76% nas despesas correntes e de 48% nas despesas de capital. Continua a verificar-se uma diferença substancial nas taxas de execução das diferentes naturezas da despesa, ainda que

menor em 2010 do que em anos anteriores, motivada pelas próprias características de cada tipo, já que as despesas correntes são essencialmente despesas de carácter mais fixo, mais previsíveis e sujeitas a menores variações porque estão relacionadas com o normal funcionamento dos serviços municipais, enquanto que as despesas de capital são compostas essencialmente por investimentos que muitas vezes envolvem projectos de dimensão considerável e cuja programação sofre frequentemente alterações. No ano em análise verificaram-se mesmo alguns atrasos em projectos de grande dimensão, decorrentes da programação e execução das medidas de financiamento, resultando em valores definidos que não foram executados.

Q8. Execução das Despesas por Natureza

Designação	Dotação	Pago	Tx. Execução
Despesa Corrente	13.222.925,00 €	10.020.535,97 €	75,78%
Despesa de Capital	14.292.143,00 €	6.816.150,27 €	47,69%
Total	27.515.068,00 €	16.836.686,24 €	61,19%

Numa análise mais alargada, pode constatar-se que o montante de despesas pagas atingiu o valor mais elevado dos últimos 5 exercícios, com excepção do ano de 2008 que registou um valor mais elevado pelos motivos já mencionados anteriormente e relacionados com a obtenção da receita extraordinária pela alienação do balneário termal, que permitiu nesse ano o pagamento de dívidas em atraso. Na composição das despesas por natureza no mesmo período, nota-se um registo em linha com o verificado nos anos de 2006 a 2008, uma vez que em 2009 se verificou uma alteração significativa na distribuição da despesa verificando-se uma maior concentração nas despesas de carácter mais corrente.



Despesas Correntes

Na análise da composição das despesas correntes por rubrica, pode verificar-se que as *despesas com o pessoal* registaram, como vem sendo normal, o maior valor pago, atingindo cerca de 6,506 milhões de euros, o que equivale a um aumento de pouco mais de 1% em relação aos valores pagos em 2009. Este valor não deixa de poder ser considerado um valor positivo tendo em consideração que incidiu sobre o ano em questão o impacto de algumas progressões ocorridas em pessoal de carreiras subsistentes ou para as quais esta alteração ainda era possível, mesmo após a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, para além de terem sido alteradas as formas e valores referentes a encargos com saúde do pessoal. A taxa de execução em relação às dotações corrigidas, para esta rubrica, ultrapassou os 96%, ou seja, foi paga a quase totalidade das despesas previstas, o que, tratando-se de um conjunto de despesas de carácter mais fixo e, como tal, de mais fácil previsão, é um valor em linha com o que se vem registando nos últimos anos.

A segunda rubrica com maiores valores pagos foi a *aquisição de bens e serviços*, também em consonância com o que se tem verificado ao longo dos anos, para a qual foram alocados cerca de 2,812 milhões de euros. Em comparação com os valores de 2009, verificou-se uma diminuição de 31% traduzindo os resultados de algumas medidas de contenção, mais evidentes nas despesas associadas ao funcionamento corrente dos serviços. Considerando que este capítulo das despesas correntes abarca um grande número de contas e subcontas e uma grande diversidade de despesas, a sua previsão, apesar de ser efectuada com precaução, nem sempre se aproxima das necessidades dos serviços ao longo dos exercícios, estando esta questão mais evidente em 2010, face à taxa de execução conseguida, que rondou os 53%. Note-se também que, atendendo às características de algumas despesas aqui incluídas, é neste capítulo que se verificam montantes mais elevados de encargos realizados e não pagos, bem evidente na diferença entre os valores realizados, na ordem dos 4,902 milhões de euros, e os valores pagos já mencionados, o que contribui para a diminuição da taxa de execução em relação aos pagamentos.

Das restantes rubricas, deve ainda destacar-se a de *transferências correntes*, relacionada com transferências efectuadas para diversas entidades em compensação pela execução de actividades de interesse municipal e de competências municipais, ou resultantes de apoios diversos de carácter social, cultural ou de outra índole. Para esta rubrica foram efectuados pagamentos no valor total de cerca de 499 mil euros, correspondendo a uma execução de 80% das despesas previstas corrigidas. Apesar disso, este valor é inferior ao deslocado para o mesmo capítulo das despesas em 2009, em cerca de 48%, traduzindo também a atitude restritiva que marcou o ano em análise.

Com valores bem inferiores aos referidos anteriormente, as rubricas de *juros e outros encargos* e *outras despesas correntes* registaram cerca de 162 mil euros e 41 mil euros de montantes pagos, respectivamente, verificando-se nesta rubricas reduções bastantes significativas em relação aos valores pagos no ano transacto, com quebras de 48%, no caso das primeiras, e 24%, no caso das segundas. Contudo, os factores que

motivaram a diminuição constatada são sobejamente conhecidos e amplamente discutidos no caso dos juros, já que se registou em 2010 uma oscilação das taxas de juro de referência entre valores bastante mais baixos do que os de anos anteriores.

Na rubrica de *outras despesas correntes*, tratando-se de um conjunto de contas de carácter residual que contempla alguns encargos que o Município suporta de carácter mais pontual ou excepcional, a variação dos valores pagos não deve corresponder a qualquer tendência. Ainda assim, a sua taxa de execução situou-se nos 99%, significando que a quase totalidade dos valores previstos foram pagos, em contraste com a taxa de execução da rubrica de *juros e outros encargos*, que se ficou pelos 33%, em consequência do valor dos juros assumidos mas ainda não pagos.

A rubrica de *subsídios* apresentou valores muito reduzidos, uma vez que corresponde a um capítulo destinado a reunir os fluxos financeiros não reembolsáveis para empresas municipais ou intermunicipais com objectivos específicos associados a políticas de preços ou níveis de produção, o que não ocorreu. O reduzido montante registado refere-se à contribuição ao abrigo de um contrato englobado num programa de inserção no mercado de trabalho.

Q9. Grau de Execução das Despesas Correntes

Designação	Dotação	Realizado	Pago	Tx. Execução
Despesas com o pessoal	6.750.903,00	6.698.525,82	6.506.001,11	96,37%
Aquisição de bens e serviços	5.313.123,00	4.901.702,00	2.811.787,68	52,92%
Juros e outros encargos	489.878,00	464.986,15	162.206,95	33,11%
Transferências correntes	626.626,00	561.891,78	498.733,58	79,59%
Subsídios	570,00	419,10	419,10	73,53%
Outras despesa correntes	41.825,00	41.730,51	41.387,55	98,95%
Total	13.222.925,00	12.669.255,36	10.020.535,97	75,78%

Q10. Comparação das Despesas Correntes Pagas

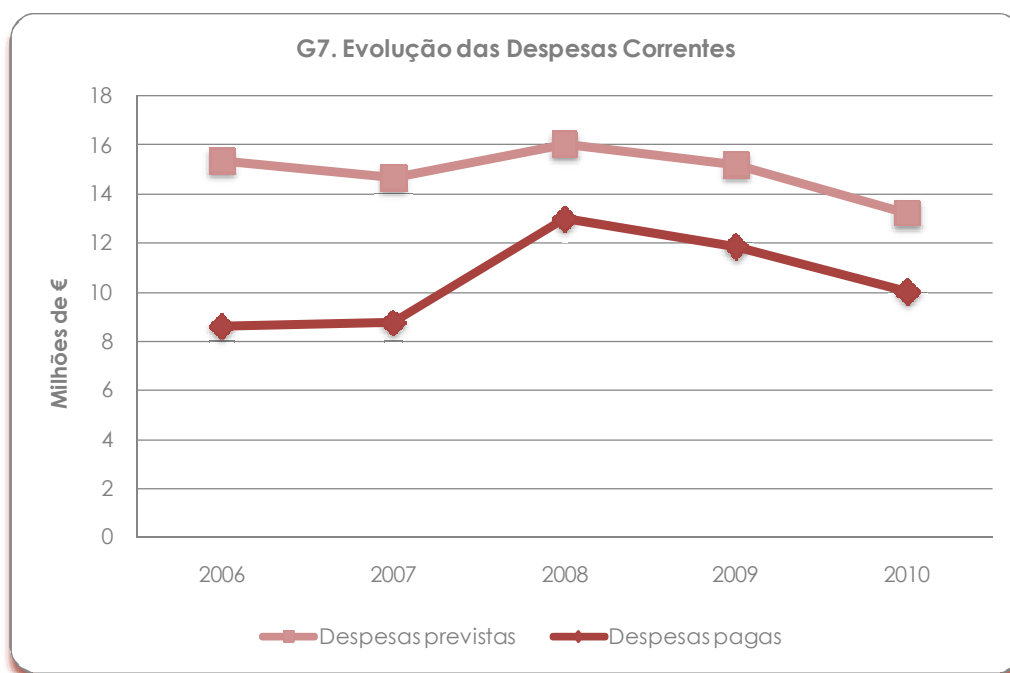
Designação	2009	2010	Var. 09/10
Despesas com o pessoal	6.423.912,64 €	6.506.001,11 €	1,28%
Aquisição de bens e serviços	4.049.599,72 €	2.811.787,68 €	-30,57%
Juros e outros encargos	369.725,92 €	162.206,95 €	-56,13%
Transferências correntes	957.138,63 €	498.733,58 €	-47,89%
Subsídios	419,10 €	419,00 €	-0,02%
Outras despesas correntes	54.178,74 €	41.387,55 €	-23,61%
Total	11.854.974,75 €	10.020.535,87 €	-15,47%

Face ao que acaba de se expor, importa tirar algumas conclusões sobre o peso de cada uma das rubricas na estrutura das despesas correntes e das despesas totais. Na linha do que foi já destacado, as *despesas com pessoal* assumiram um peso muito relevante para a estrutura das despesas, representando 65% das despesas correntes e 39% do total das despesas pagas, tendo aumentado o seu peso na estrutura parcial referida, mas diminuído o seu valor na estrutura total devido à alteração na composição da natureza das despesas. As rubricas de *aquisição de bens e serviços* apresentaram o segundo maior peso relativo nas estruturas de despesas, contribuindo em 28% para os pagamentos correntes e em 17% para o total dos pagamentos. Em relação a 2009, estas viram o seu peso diminuir em ambas as estruturas. Tal como já sublinhado, as restantes rubricas tiveram um peso pouco significativo, representando no seu conjunto apenas 7% do total corrente e 4% do total das despesas pagas.

Q11. Peso das Componentes das Despesas Correntes nas Estruturas

Designação	Peso na Estrutural		Variação (09/10)	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Despesas com o pessoal	64,93%	38,64%	10,74%	-0,37%
Aquisição de bens e serviços	28,06%	16,70%	-6,10%	-7,89%
Juros e outros encargos	1,62%	0,96%	-1,50%	-1,28%
Transferências correntes	4,98%	2,96%	-3,09%	-2,85%
Subsídios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	0,41%	0,25%	-0,05%	-0,08%
Total	100,00%	59,52%	0,00%	-0,01%

Em última análise, refira-se ainda que, atendendo aos valores verificados nos últimos 5 exercícios, as despesas correntes pagas em 2010 registaram o valor mais baixo desde 2008, sendo também de salientar a continuação da aproximação gradual entre os valores previstos e os valores pagos, que reflecte a preocupação na elaboração e execução de orçamentos mais adequados às reais necessidades e na diminuição dos valores previstos e não realizados ou realizados e não pagos.



Despesas de Capital

Tal como foi referido anteriormente, as despesas de capital pagas totalizaram em 2010 6,816 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 48% em relação aos valores pagos em 2009, em consequência do excelente aproveitamento do quadro comunitário de apoio actualmente em execução, que permitiu o desenvolvimento atempado de projectos de dimensão considerável, com a consequente execução financeira. Importa aqui salientar a atitude ambiciosa do executivo municipal, que, face ao atraso na abertura das candidaturas do QREN, optou por iniciar projectos de grande importância concelhia, antecipando os compromissos, com a garantia de que seriam posteriormente objecto de co-financiamento, assegurando uma execução rápida e eficaz dos meios à disposição. Isso mesmo poderá ser confirmado na análise das rubricas que compõem as despesas desta natureza.

Pelos motivos enunciados, a rubrica que mais se destacou em termos de despesa paga foi a *aquisição de bens de capital*, que congrega todos os investimentos municipais, incluindo os projectos co-financiados, para os quais foram deslocados 4,772 milhões de euros. Este valor pago aumentou 94% em relação aos valores de 2009, o que não pode deixar de ser assinalado. Atendendo a que este grupo de despesas é habitualmente mais flexível e de mais difícil previsão porque está ligado a projectos de maior dimensão cuja execução não está unicamente dependente deste Município, tal como foi referido, registaram-se, frequentemente, desvios consideráveis em relação aos valores inicialmente previstos. A taxa de execução para esta rubrica situou-se nos 42%, apesar da taxa de realização ser relativamente superior, na ordem dos 63%. Note-se ainda que o facto de na previsão orçamental inicial se incluir a receita consignada à execução de cada um dos projectos para o exercício em questão, permite uma menor flexibilidade no ajustamento da despesa aos desvios verificados, uma vez que este ajustamento obrigaria a revisões orçamentais, face à alteração do valor global do orçamento motivada também por alterações à receita orçamentada.

A rubrica referente a *passivos financeiros*, que compreende a amortização da dívida financeira municipal, registou o segundo maior valor de despesas pagas, totalizando 1,467 milhões de euros, em cumprimento dos planos de amortização dos financiamentos contratados. Deve, contudo, sublinhar-se que este valor representou uma redução de cerca de 20% em relação aos valores de 2009. No que concerne à execução, estas rubricas registaram uma taxa de 62% face às dotações corrigidas, devido essencialmente a alterações no plano de amortização do empréstimo de curto prazo do ano em análise.

Das restantes rubricas, destaque-se a de *ativos financeiros*, que totalizou 425 mil euros, referente ao aumento do capital estatutário da empresa municipal Termalitur, E.E.M., e a rubrica *transferência de capital*, para a qual foram pagos cerca de 152 mil euros, destinados, sobretudo, a apoios para investimentos às freguesias, às instituições sem fins lucrativos e às famílias ou particulares, em cumprimento das atribuições municipais de âmbito cultural, social, entre outras. Em relação a esta rubrica, refira-se que os valores registados em 2010 representam uma diminuição de cerca de 53% em relação aos valores de 2009, em resultado, em parte, do ambiente restritivo que se vive e das prioridades definidas na política de apoios financeiros.

Q12. Grau de Execução das Despesas de Capital

Designação	Dotação	Realizado	Pago	Tx. Execução
Aquisição de bens capital	11.237.823,00	7.048.920,98	4.772.047,20	42,46
Transferências de capital	260.770,00	174.172,51	151.753,81	58,19
Activos financeiros	425.420,00	425.000,00	425.000,00	99,90
Passivos financeiros	2.367.560,00	1.467.349,26	1.467.349,26	61,98
Outras despesas de capital	570,00	0,00	0,00	0,00
Total	14.292.143,00	9.115.442,75	6.816.150,27	47,69

Q13. Comparação das Despesas de Capital Pagas

Designação	2009	2010	Var.09/10
Aquisição de bens de capital	2.455.990,79 €	4.772.047,20 €	94,30%
Transferências de capital	319.766,93 €	151.753,81 €	-52,54%
Activos financeiros	0,00 €	425.000,00 €	ind.
Passivos financeiros	1.838.031,55 €	1.467.349,26 €	-20,17%
Outras despesas de capital	257,56 €	0,00 €	-100,00%
Total	4.614.046,83 €	6.816.150,27 €	47,73%

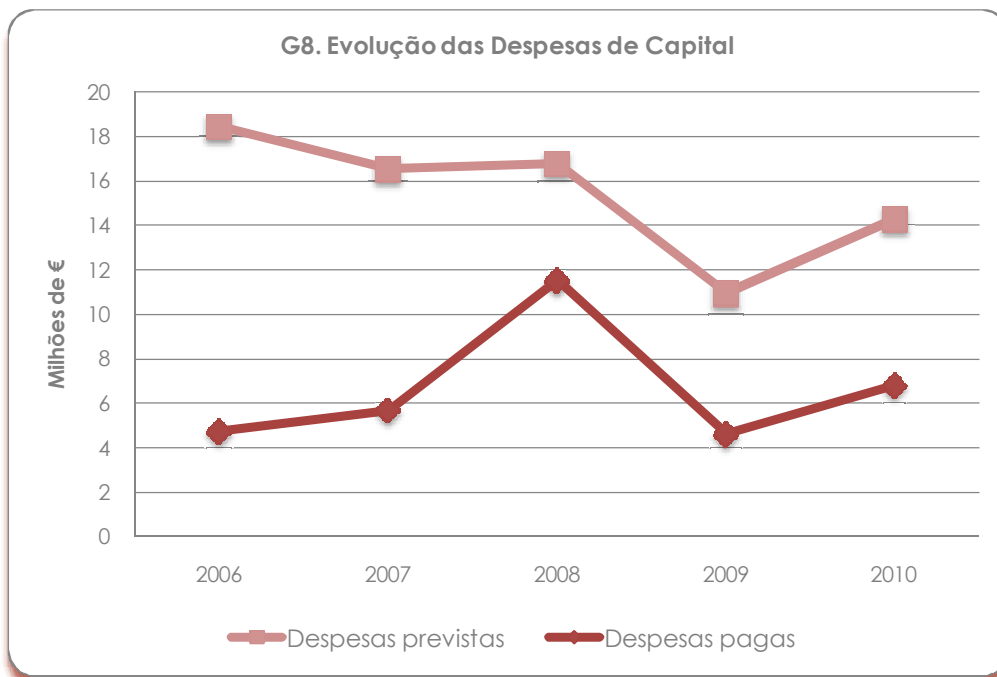
Tendo em conta a análise efectuada e em consonância com o que foi referido, pode então concluir-se que a rubrica com maior peso na estrutura de capital foi a de *aquisição de bens de capital*, que representou 70% do total das despesas pagas desta natureza, e cerca de 28% do total das despesas. Os *passivos financeiros* tiveram um peso de apenas 22% nas despesas de capital, não tendo grande relevância no total da despesa municipal, representando cerca de 9% destas. As restantes rubricas de capital não assumiram peso significativo nas estruturas da despesa.

Q14. Peso das Componentes das Despesas de Capital nas Estruturas

Designação	Peso na Estrutural		Variação (09/10)	
	Capital	Total	Capital	Total
Aquisição de bens de capital	70,01%	28,34%	16,78%	13,43%
Transferências de capital	2,23%	0,90%	-4,70%	-1,04%
Activos financeiros	6,24%	2,52%	6,24%	2,52%
Passivos financeiros	21,53%	8,72%	-18,31%	-2,44%
Outras despesas de capital	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	40,48%	0,00%	12,47%

Avaliando a evolução das despesas de capital pagas e as suas dotações corrigidas ao longo dos últimos 5 anos, pode constatar-se que, com excepção do ano de 2008 por motivos já suficientemente referidos, o ano de 2010 apresentou o maior valor de

despesas pagas desde 2006. É de referir que neste período, com a exclusão já referida, o montante destinado ao pagamento de despesas de capital, originalmente de carácter mais produtivo, aumentou mais de 2 milhões de euros, mesmo num período de dificuldades que tem obrigado a repensar e a avaliar rigorosamente as opções de investimento. Neste período, verificou-se, contudo, um aumento da diferença entre este valor e as suas dotações orçamentais corrigidas, pelos motivos já referidos.



Despesas por Classificação Orgânica

Analisando agora a execução das despesas do Município por desagregação orgânica utilizada nos documentos previsionais, verifica-se que, à semelhança do que vem sendo constatado nos últimos anos, o *departamento técnico* (DT) é destacadamente a unidade orgânica responsável pelo maior volume de despesa, tendo somado 9,042 milhões de euros de pagamentos face a um valor de dotação corrigida de 15,249 milhões de euros, alcançando assim uma taxa de execução de 59%. Note-se que, na distribuição por natureza, esta orgânica registou um valor superior referente a despesas de capital, somando 4,607 milhões de euros, enquanto que de despesas correntes somou 4,435 milhões de euros. Esta evidência relativa aos valores

alcançados nesta unidade orgânica é justificada pela sua composição e pelas suas competências na estrutura municipal. Primeiro, por reunir as divisões municipais responsáveis pelos investimentos realizados por recurso a empreitadas ou por administração directa, assim como, por diversos sectores mais operativos. Segundo, porque engloba também um conjunto de serviços de carácter mais administrativo, associados ao licenciamento de obras e urbanismo ou ao apoio aos mencionados serviços operativos.

A *divisão de cultura, desporto e acção social* (DCDAS) regista o segundo valor mais elevado de despesa paga, na ordem dos 2,968 milhões de euros, respeitantes, na quase totalidade, a despesas correntes, uma vez que esta unidade engloba grupos de serviços com elevado número de funcionários, no caso da educação e transportes escolares, e equipamentos com elevados custos de manutenção, como são exemplo as instalações escolares. Contudo, em termos de execução, registou-se uma taxa de 51%, que resulta essencialmente da baixa execução das despesas de capital respeitantes a investimentos previstos mas ainda não executados ou em fase de execução inicial, designadamente, os pólos escolares previstos.

Das unidades que compõem a *administração autárquica* a que tem absorvido a maior parte dos recursos financeiros tem sido, sem surpresa, a de operações financeiras porque engloba as despesas associadas a amortização de empréstimos e pagamento de juros, não sendo este exercício excepção. Em 2010, totalizou 2,055 milhões de euros e registou uma taxa de execução na ordem dos 63%. A unidade referente à *câmara municipal* (CM) apresentou também um valor de despesa paga considerável, aproximadamente 1,424 milhões de euros, e uma taxa de execução de 82%. Os valores obtidos, com grande concentração de natureza corrente, reúnem as despesas inerentes ao funcionamento do órgão executivo, dos serviços de apoio e outros serviços dependentes directamente deste órgão. Para além disso, ainda compreende as despesas referentes a apoios e subsídios atribuídos no âmbito da relação entre este órgão e entidades terceiras. A *assembleia municipal* (AM) registou um valor bem menos significativo porque, como órgão deliberativo, não tem actividade permanente,

tendo sido dispendidos, no total, cerca de 20 mil euros destinados sobretudo ao pagamento de senhas de presença e ajudas de custo.

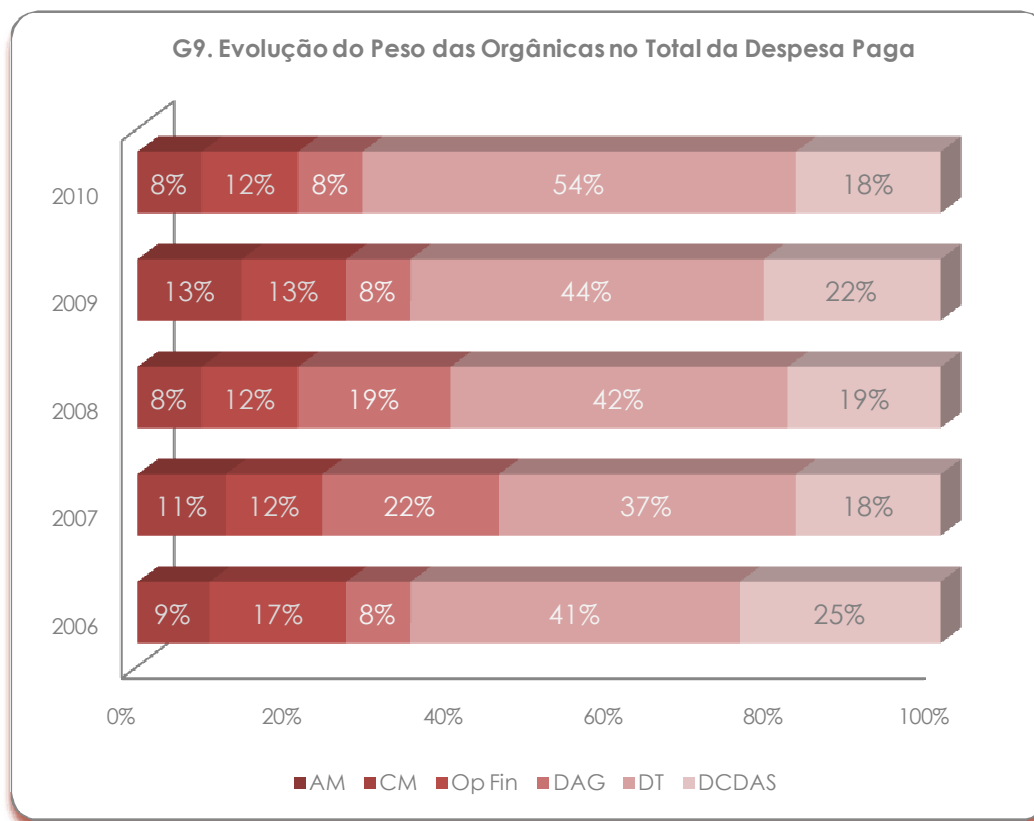
O *departamento de administração geral*, estrutura de cariz eminentemente administrativo, foi responsável por 1,328 milhões de euros de despesa paga, essencialmente de natureza corrente. Este valor aproximou-se bastante das previsões, alcançando-se uma taxa de execução de 90%, que não surpreende atendendo à composição das suas despesas, associadas ao funcionamento dos serviços instrumentais e, portanto, mais certas e inflexíveis.

Q15. Distribuição das Despesas Pagas por Cl. Orgânica

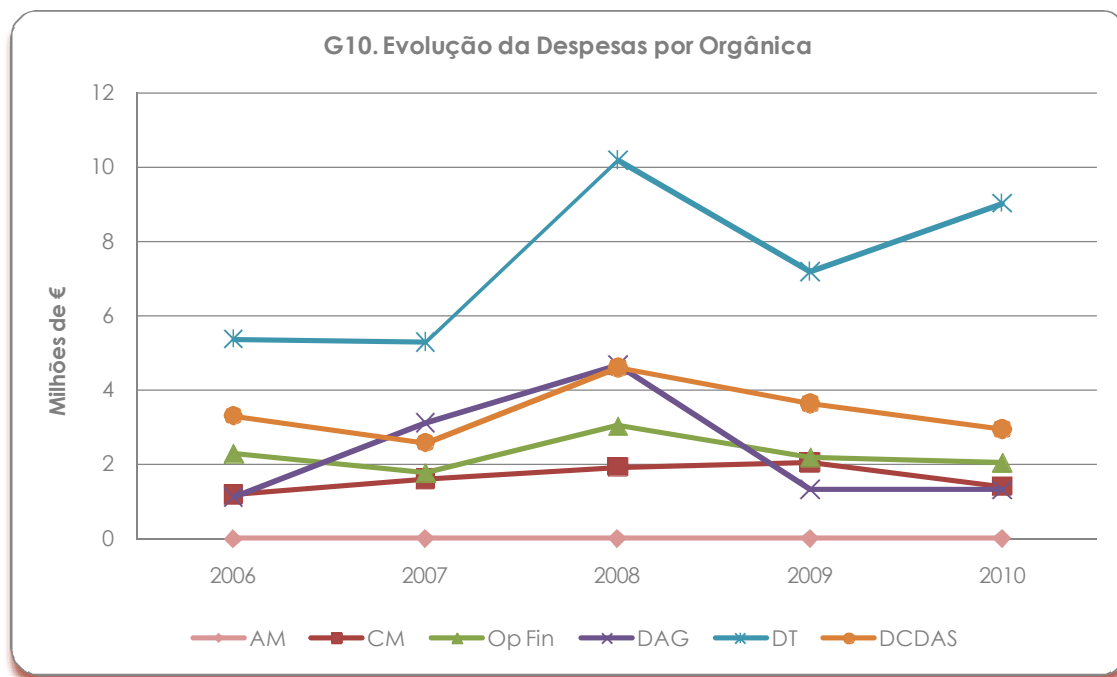
Designação		Dotação	Pago	Tx. Execução
01 Administração Autárquica				
0101 Assembleia Municipal	Correntes:	22.730,00 €	19.714,88 €	86,74%
	Capital:	0,00 €	0,00 €	0,00%
	Total:	22.730,00 €	19.714,88 €	86,74%
0102 Câmara Municipal	Correntes:	1.394.223,00 €	1.224.624,85 €	87,84%
	Capital:	333.886,00 €	199.852,98 €	59,86%
	Total	1.728.109,00 €	1.424.477,83 €	82,43%
0103 Oper. Financeiras	Correntes:	489.878,00 €	162.206,95 €	33,11%
	Capital:	2.792.980,00 €	1.892.349,26 €	67,75%
	Total:	3.282.858,00 €	2.054.556,21 €	62,58%
02 Departamento de A. Geral				
	Correntes:	1.441.395,00 €	1.316.233,54 €	91,32%
	Capital:	26.763,00 €	12.019,56 €	44,91%
	Total:	1.468.158,00 €	1.328.253,10 €	90,47%
03 Departamento Técnico				
	Correntes:	6.033.851,00 €	4.434.865,93 €	73,50%
	Capital:	9.215.014,00 €	4.606.643,10 €	49,99%
	Total:	15.248.865,00 €	9.041.509,03 €	59,29%
04 Divisão Cultura, Desp. A. Social				
	Correntes:	3.840.848,00 €	2.862.889,82 €	74,54%
	Capital:	1.923.500,00 €	105.285,37 €	5,47%
	Total:	5.764.348,00 €	2.968.175,19 €	51,49%
Total Geral		27.515.068,00 €	16.836.686,24 €	61,19%

Numa análise dos valores respeitantes aos últimos 5 anos, pode constatar-se que o peso de cada uma das estruturas orgânicas na despesa total tem sofrido algumas variações pelos motivos já apresentados anteriormente, não alterando contudo a ordem de grandeza estabelecida entre estas. Deve, assim, sublinhar-se que o peso do

departamento técnico cresceu no ano em análise, em relação aos anteriores, enquanto que as restantes orgânicas, ou mantiveram o seu peso relativo, tais como o *departamento de administração geral*, ou diminuíram-no, como são exemplos, a *divisão de cultura, desporto e acção social* e a *câmara municipal*.



Apesar das pequenas alterações no peso relativo de cada orgânica nos últimos anos, o valor dos recursos direccionados para cada uma destas estruturas sofreu oscilações expressivas, conforme se verifica no gráfico abaixo, que são mais evidentes na variação dos valores do *departamento técnico*, apesar de também se verificarem no *departamento de administração geral* e na *divisão de cultura, desporto e acção social*. Contudo, as oscilações mais expressivas resultam do aumento da generalidade dos valores pagos em 2008, pelos motivos já expostos, uma vez que, nos anos seguintes, os valores de cada unidade orgânica regressaram aos registos habituais.



2.4 Execução das Grandes Opções do Plano

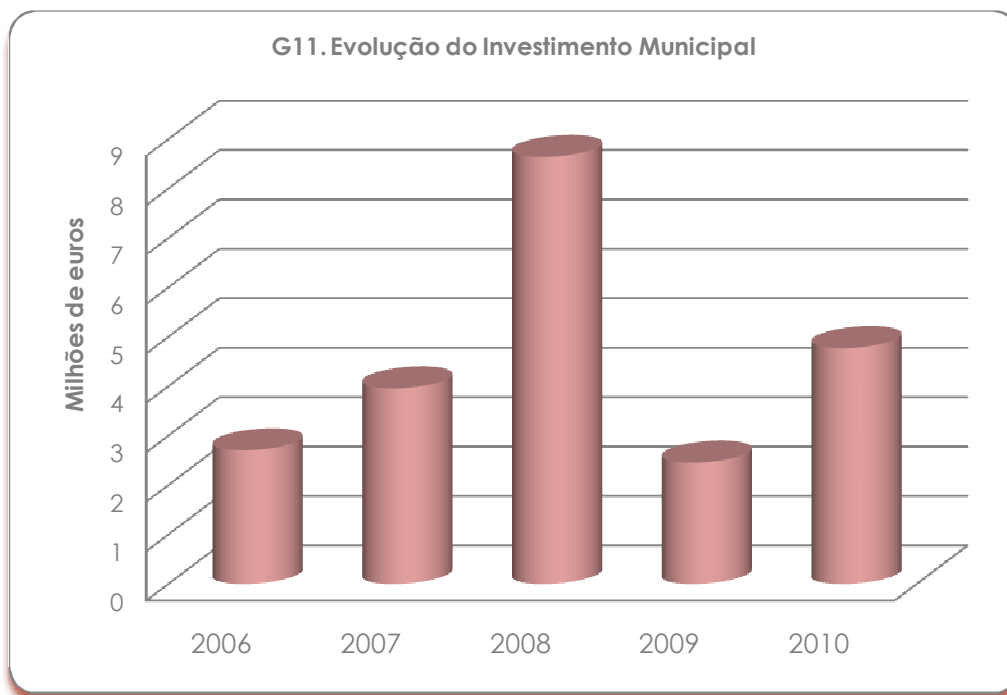
A análise às Grandes Opções do Plano permite avaliar, por áreas estratégicas definidas nos seus objectivos e programas, a afectação dos recursos municipais. Esta análise subdivide-se de acordo com os documentos que as compõem: Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que reúne todas as despesas consideradas investimentos realizadas pelo Município, e o mapa das Actividades Mais Relevantes (AMR), que engloba despesas que, pela sua natureza, não são consideradas investimentos, mas são definidos como de maior importância para a actividade municipal.

Plano Plurianual de Investimentos

O montante canalizado para investimentos municipais atingiu, em 2010, os 4,772 milhões de euros, tendo crescido em relação a 2009 cerca de 94%. Este resultado foi possível devido, sobretudo, ao aproveitamento do co-financiamento comunitário alocado à execução de investimentos chave, de acordo com os objectivos definidos.

Todavia, tendo em consideração o que já foi referido sobre a execução de grandes investimentos associados a fontes de financiamento externo, a taxa de execução obtida, na ordem dos 42%, apesar de relativamente baixa para outro tipo de despesas, reflecte uma melhoria substancial em relação aos valores de anos anteriores.

Isso mesmo pode ser confirmado na análise à evolução do investimento municipal nos últimos exercícios económicos. Pela análise do gráfico abaixo, pode verificar-se, que após uma quebra significativa no investimento em 2009, o exercício de 2010 representou a retoma dos valores de investimento, sendo, inclusivamente, superiores aos registados nos 4 anos anteriores, com excepção do ano de 2008 pelos motivos extraordinários já apresentados.



Analisando o conjunto de investimentos municipais por objectivos e programas definidos neste documento, conclui-se que, tal como aconteceu no ano transacto, o objectivo que reuniu mais recursos foi *Comunicações e Transportes*, associado unicamente ao programa de rede viária e sinalização, com um valor de despesa paga de 3,969 milhões de euros. Pode considerar-se que o desempenho dos projectos incluídos neste objectivo foi bastante positivo, porque apresentaram um crescimento

de 170% em relação a 2009, no que diz respeito a valores pagos, e uma taxa de execução em relação ao financiamento definido corrigido de 59%, bastante satisfatória tendo em conta que é neste objectivo que se encontram os projectos de maior dimensão, para os quais, um pequeno desvio ou atraso, representa uma alteração considerável nos valores executados. Sublinhe-se, ainda, que, face aos valores alcançados, este objectivo representa 83% do total do investimento concretizado (pago).

Ainda em linha com o que aconteceu no ano anterior ao agora analisado, o segundo objectivo com maior impacto no investimento realizado foi o de *Saneamento e Salubridade*, com um valor total realizado na ordem dos 710 mil euros, aos quais corresponde um valor pago de 238 mil euros. Estes recursos destinaram-se em exclusivo ao sistema concelhio de saneamento básico, já que foi continuado o esforço de ampliação da rede para locais onde ainda não existia cobertura de saneamento, em conjunto com a manutenção da rede já existente, ainda que apenas as grandes reparações sejam aqui incluídas, já que a manutenção corrente não é, para este efeito, considerada investimento. Deve também destacar-se que o investimento nesta área foi superior ao realizado em 2009, em 58%, o que confirma o que acaba de ser referido, apesar do seu peso para o cômputo do total investido se ter situado nos 5%. Os restantes programas incluídos neste objectivo - estações de tratamento e cemitérios - não registaram qualquer valor investido. No primeiro caso, porque a despesa efectuada tem cariz mais corrente, e no segundo caso, porque foram recentemente realizados avultados investimentos no novo cemitério municipal.

Para objectivo *Saúde* foram realizados 204 mil euros, dos quais foram pagos 119 mil euros, ou seja, cerca de 58%. Este valor é inferior ao atingido em 2009, em cerca de 30%, porque se refere à conclusão de um conjunto de investimentos programados nas infra-estruturas do novo centro de saúde e na sua área envolvente. Note-se que as competências municipais na área da saúde são muito reduzidas, não podendo, assim, haver lugar a projectos de maior dimensão, sem o aval e a cooperação da administração central.

Dos restantes objectivos definidos, destaque ainda para o *Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público*, que compreende o programa de abastecimento domiciliário de água e o programa de turismo, para os quais foram realizados investimentos de cerca de 161 mil euros e pagos cerca de 99 mil euros. Apesar dos valores mais reduzidos verificados em objectivos mais relevantes, registou-se neste um crescimento de 34 % em relação aos valores de 2009. No objectivo *Educação* foram realizados investimentos na ordem dos 269 mil euros, face a um valor previsto de 1,659 milhões de euros, decorrente da execução dos projectos dos pólos escolares, cujo investimento ficou definido para 2010, não tendo sido concretizado tal como estava planeado.

Os objectivos *Cultura, Desporto e Tempos Livres, Acção Social, Habitação e Urbanização e Defesa do Meio Ambiente* registaram valores menos significativos, face à sua composição, já que abarcam um conjunto de programas e projectos de elevada importância municipal, cujas despesas assumem, na maior parte, a natureza corrente ou despesas de capital sob a forma de transferência para entidades externas, conforme se pode verificar na análise do ponto seguinte.

Refira-se ainda que os objectivos de carácter mais residual *Diversos e Outros* apresentaram valores de investimento com significado no total, congregando, no seu conjunto, cerca de 242 mil euros e registando taxas de execução de 64% e 43% respectivamente. O objectivo *Diversos* engloba projectos que, pela sua natureza, não se enquadram nos objectivos analisados anteriormente e que têm um carácter extraordinário ou pontual. O objectivo *Outros* refere-se essencialmente a investimentos que não se enquadram na filosofia de projecto estruturado e enquadrado num programa específico, reunindo o conjunto de aquisições de bens duradouros, equipamentos ou materiais para funcionamento dos próprios serviços municipais.

Q16. Execução do PPI por Objectivos e Programas

Designação	Financ. Definido	Realizado	Pago	Tx. Execução	Var. 09/10
Educação	1.659.258,00 €	269.212,99 €	28.290,26 €	1,70%	1035,99%
Ensino Pré-Escolar	6.063,00 €	3.881,09 €	2.761,57 €	45,55%	10,89%
Ensino Básico	1.653.195,00 €	265.331,90 €	25.528,69 €	1,54%	ind.
Cultura, Desporto e T. L.	108.613,00 €	71.893,95 €	27.210,75 €	25,05%	-68,20%
Desportos e Tempos Livres	108.613,00 €	71.893,95 €	27.210,75 €	25,05%	-66,79%
Ação Social	10.400,00 €	7.453,39 €	5.020,41 €	48,27%	37,68%
Melhoria Cond. Habitac.	10.400,00 €	7.453,39 €	5.020,41 €	48,27%	37,68%
Saúde	204.000,00 €	204.000,00 €	119.000,00 €	58,33%	-30,34%
Centro de Saúde S. P. Sul	204.000,00 €	204.000,00 €	119.000,00 €	58,33%	-13,13%
Habitação e Urbanização	693.921,00 €	121.747,63 €	44.477,56 €	6,41%	31,44%
Iluminação Pública	40.421,00 €	40.211,21 €	28.271,56 €	69,94%	29,45%
Urbanização	653.500,00 €	81.536,42 €	16.206,00 €	2,48%	35,05%
Saneamento e Salubridade	922.776,00 €	709.852,46 €	238.338,89 €	25,83%	58,46%
Rede de Esgotos	922.266,00 €	709.852,46 €	238.338,89 €	25,84%	58,46%
Estações de Tratamento	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	ind.
Cemitérios	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	ind.
Desen. Ec. e Abast. Público	292.508,00 €	161.257,28 €	98.780,18 €	33,77%	104,88%
Água	292.498,00 €	161.257,28 €	98.780,18 €	33,77%	104,88%
Turismo	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	ind.
Comunicações e Transp.	6.746.613,00 €	5.143.462,52 €	3.968.786,91 €	58,83%	169,78%
Rede Viária e Sinalização	6.746.613,00 €	5.143.462,52 €	3.968.786,91 €	58,83%	169,78%
Defesa do Meio Ambiente	5.830,00 €	5.820,00 €	0,00 €	0,00%	-100,00%
Requalif. Ambiental	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	ind.
Praias Fluviais	5.820,00 €	5.820,00 €	0,00 €	0,00%	-100,00%
Diversos	207.904,00 €	96.910,29 €	54.924,98 €	26,42%	-64,23%
Outros	386.000,00 €	257.454,47 €	187.167,76 €	48,49%	-43,04%
Total	11.237.823,00 €	7.049.064,98 €	4.771.997,70 €	42,46%	94,30%

Uma análise mais pormenorizada, por projecto englobado em cada um dos objectivos e programas apresentados anteriormente, permite perceber o impacto que cada grupo de investimentos tem na concretização dos eixos definidos pelo executivo. Sem qualquer surpresa, os projectos de maior dimensão e que absorveram maior fatia dos recursos disponíveis pertencem ao objectivo *Comunicações e Transportes*, dos quais

podem destacar-se os projectos de “Ligação da EN 227 à ER 228 (Variantes à Vila)” e “Ligação da A24 à ER228 – 1ª fase (Troço Pindelo dos Milagres a Pinho)” para os quais foram canalizados 2,606 milhões de euros e 662 mil euros, respectivamente, espelhando o esforço para a melhoria dos eixos viários municipais que ligam a sede de concelho às freguesias mais populosas, contribuindo para uma crescente melhoria das condições de mobilidade que permite a dinamização das malhas urbanas envolvidas. Refira-se que a concentração do investimento nestes dois projectos, que, juntamente com o projecto de “Ligação da Av. Sá Carneiro à EN 16” concentraram 53% do investimento total realizado e 74% do investimento pago em 2010, se ficou a dever à rápida aceleração da execução das medidas do QREN a estes associadas, obrigando à concentração, quer da execução dos projectos, quer do seu pagamento, no período em análise.

Para além dos projectos destacados, devem ainda referir-se os bons índices de execução e a importância dos investimentos ligados aos projectos do “Sistema concelhio integrado de saneamento básico”, referentes a 2009 e 2010, que, em conjunto, somaram 654 mil euros de investimento realizado e mais de 219 mil euros de investimento pago. Estes projectos associados ao de abastecimento de água, designado de “Sistema concelhio integrado de abastecimento de água”, que atingiu uma realização de mais de 145 mil euros, confirmam a preocupação na melhoria das redes públicas de serviços urbanos e na sua extensão a localidades mais distantes, melhorando as condições de salubridade da população envolvida.

Actividades Mais Relevantes

O mapa das Actividades Mais Relevantes, tal como a sua designação induz, reúne as actividades municipais que mereceram especial destaque face à sua importância, constando, por este motivo, nas Grandes Opções do Plano e cumprindo as suas regras de organização e execução, que permitem uma maior informação sobre cada um dos projectos e um maior controlo sobre o seu planeamento e sobre a sua realização.

Estando, contudo, associadas a projectos que envolvem menos recursos, para estas actividades foram previstos, em 2010, cerca de 467 milhares de euros, dos quais foram realizados 441 mil euros e foram pagos 390 mil euros, resultando, assim, uma taxa de execução de 83%. Refira-se que, ao contrário da maioria dos projectos que compõem o PPI, estes programas e projectos correspondem, na sua maioria, a despesas correntes ou a despesas de capital não consideradas investimentos, tendo características que facilitam a definição das suas dotações e a sua aproximação às necessidades concretas ao longo dos exercícios económicos.

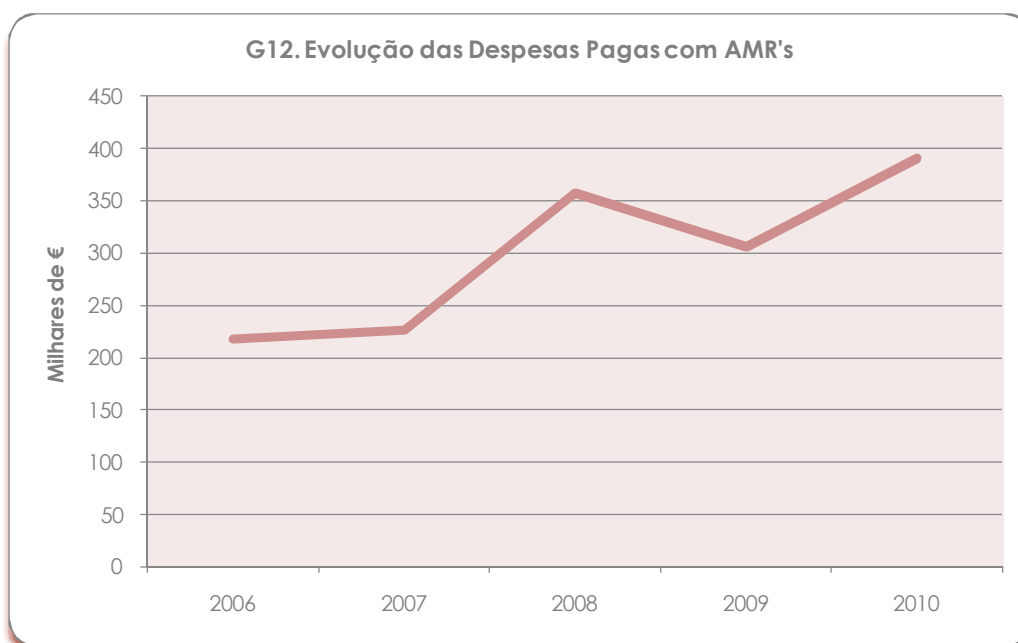
Pela análise dos objectivos definidos neste documento, e tal como verificado em anos anteriores, o objectivo *Cultura, Desporto e Tempos Livres* concentrou o maior volume de despesa, totalizando 320 mil euros, relativos essencialmente aos projectos de fomento à cultura e fomento ao desporto, que pressupõem o apoio a associações e outras entidades que, nestas áreas, desenvolvem actividades associadas a atribuições e competências municipais ou de mérito reconhecido e de especial interesse para a população do concelho. A programação da agenda cultural e a realização do mês da cidade contribuíram também significativamente para os valores obtidos. Na sua globalidade o objectivo apresentou um crescimento de quase 30% em relação a 2009 e uma taxa de execução em relação ao financiamento definido de 87%.

Dos restantes objectivos, podem ainda destacar-se os valores canalizados para o *Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público*, que é originalmente um objectivo que concentra valores elevados de investimento, mas que reuniu, neste ano, cerca de 55 mil euros para actividades relevantes relacionadas com a promoção do concelho, no âmbito do projecto de turismo. Os restantes objectivos não registaram uma execução significativa.

Q17. Execução das Actividades Mais Relevantes por Objectivos

Designação	Financ. Definido	Realizado	Pago	Tx. Execução	Var. 09/10
Educação	4.440,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	ind.
Cultura, Desporto e T. L.	369.566,00 €	353.192,05 €	320.121,58 €	86,62%	29,49%
Acção Social	3.332,00 €	1.418,56 €	1.418,56 €	42,57%	-72,18%
Habituação e Urbaniz.	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	ind.
Desen. Ec. e Ab. Público	74.049,00 €	72.630,99 €	54.552,54 €	73,67%	2,88%
Diversos	15.990,00 €	14.130,00 €	14.130,00 €	88,37%	0,00%
Total	467.387,00 €	441.371,60 €	390.222,68 €	83,49%	27,80%

Relativamente aos recursos canalizados para as Actividades Mais Relevantes ao longo dos últimos 5 exercícios, pode ainda concluir-se que, no exercício em análise, foi registado o seu maior valor, mesmo considerando o exercício de 2008, cuja execução atingiu, em outros componentes da despesa, valores excepcionais. Constatam-se, deste modo, que desde 2006 as despesas pagas referente aos objectivos incluídos no documento em análise, cuja composição não tem praticamente variado, cresceu cerca de 79%, o que não deixa de ser assinalável, ainda que o seu peso no total da despesa municipal não assumam especial relevância.



2.5 Indicadores Orçamentais

De forma a complementar a análise efectuada, apresentam-se abaixo alguns indicadores de execução orçamental adaptados à realidade e desempenho desta autarquia, que permitem uma avaliação da importância de algumas grandezas orçamentais e a sua comparação com os valores obtidos nos últimos 5 exercícios.

Q18. Evolução dos Rácios Orçamentais

Designação	Rácio	2007	2008	2009	2010
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita total / Despesa total	99%	102%	100%	100%
Grau de Cobertura Global das Despesas sem Recurso ao Crédito	(Receita total - Passivos financeiros) / Despesa total	98%	99%	83%	95%
Peso dos Impostos nas Receitas	Impostos directos e indirectos / Receita total	7%	5%	8%	8%
Peso dos Empréstimos nas Receitas	Passivos financeiros / Receita total	1%	3%	17%	5%
Peso do Encargos de Longo Prazo nas Despesas	Serviço da Dívida LP / Despesa total	11%	6%	7%	8%
Peso do Investimento nas Despesas	Investimento / Despesa total	27%	35%	15%	28%
Grau de Cobertura de Bens de Capital pelas Transf. Capital	Transf. Capital / Aquisições de bens de capital	93%	41%	130%	125%

Dos resultados apresentados, pode concluir-se que:

- O valor das receitas totais tem sido praticamente igual ao valor das despesas totais, registando-se, em 2010, uma total cobertura das despesas pelas receitas obtidas, não resultando grande variação nos saldos orçamentais;
- Após um exercício em que cresceu o peso dos passivos financeiros, no exercício em análise, as restantes receitas voltaram a assumir um peso quase total na

cobertura das despesas, o que demonstra uma muito reduzida dependência de financiamento bancário;

- Os impostos municipais continuam a ter pouca importância na dinâmica municipal, ainda que o seu peso nas receitas totais tenha crescido desde 2007;
- Tal como já mencionado, o peso dos empréstimos nas receitas diminuiu para valores mais próximos dos anos anteriores, depois de um ano em que o Programa “Pagar a Tempo e Horas” permitiu o recurso a capitais externos com fins específicos;
- O peso dos encargos com financiamento de longo prazo no total das despesas subiu ligeiramente em relação a 2009, mas mantém-se a um nível bastante reduzido, não havendo influência significativa deste tipo de encargos na evolução da despesa municipal;
- O aumento do conjunto de investimentos municipais em 2010 reflectiu-se no crescimento do seu peso nas despesas totais, alcançando o maior valor desde 2006, com excepção do valor de 2008, cuja execução excepcional foi já motivo de várias referências;
- O valor das transferências de capital obtidas foi canalizado para pagamento de investimentos realizados e para as restantes despesas de capital assumidas, com excepção dos passivos financeiros, denotando-se um equilíbrio na utilização dos recursos por natureza.

3 – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As conclusões sobre situação económica e financeira do Município efectuam-se, neste ponto, através da análise das demonstrações financeiras, procurando destacar-se e explicar-se o comportamento das suas principais componentes, evidenciando-se o seu valor patrimonial, a sua condição financeira e os resultados obtidos com as actividades municipais. Nesta análise é importante ter-se em conta que os quadros e gráficos que se apresentam resumem os dados constantes dos documentos completos que constituem os mapas de prestação de contas, sendo indispensável a sua consulta para uma análise mais profunda e pormenorizada.

Em complemento à análise às principais demonstrações financeiras, apresentam-se ainda diversos dados sobre a evolução da dívida municipal, a situação perante os limites legais de endividamento e um conjunto de indicadores que permitem a comparação da situação económica com exercícios anteriores.

3.1 Análise do Balanço

O Balanço do Município a 31/12/2010 evidencia um valor total do Activo líquido (depois de subtraídas as amortizações e provisões) de 54,247 milhões de euros, valor este superior ao verificado no exercício de 2009 em cerca de 5%, o que significa que os activos foram valorizados em 2,4 milhões de euros.

Pela análise das grandezas que o compõem pode constatar-se que o imobilizado líquido reúne a quase totalidade dos valores do activo, totalizando aproximadamente 50,978 milhões de euros. Este valor aumentou praticamente 5% em relação aos valores de 2009, tendo influenciado grandemente a valorização do total do activo. Das grandes contas que compõem o *Imobilizado*, destaca-se claramente as relativas a *bens de domínio público*, que atingiram o valor de 36,921 milhões de euros, tendo aumentado cerca de 1% em relação a 2009. Note-se que esta rubrica representa 68%

do total do Activo e 72% do total do *Imobilizado*, já que inclui os bens públicos de utilização generalizada que envolvem valores bastante avultados.

As *imobilizações corpóreas*, que integram os bens de carácter permanente que a autarquia utiliza na sua actividade operacional, apresentaram um crescimento substancial do seu valor, na ordem dos 21%, registando um montante total líquido de 11,406 milhões de euros no final do exercício em questão. Como vem sendo habitual, esta rubrica tem o segundo maior peso no total do *Imobilizado* e do Activo, logo após a rubrica de *bens de domínio público*, tendo um peso de cerca de 22% e 21% naqueles valores, respectivamente.

Apesar dos investimentos consideráveis efectuados nas participações de capital do sector empresarial local, as contas de *investimentos financeiros* registaram um valor líquido inferior ao verificado em 2009 em 3%, situando-se agora em 2,651 milhões de euros. Esta redução ficou a dever-se à realização de provisões para perdas nas aplicações financeiras efectuadas, cujo valor ultrapassou o montante dos investimentos realizados no exercício.

As contas que compõem o *Circulante* registaram um valor total de 1,764 milhões de euros, o que evidencia um aumento relativo de mais de 2% em relação aos valores obtidos no final do exercício anterior. Ainda assim, é um valor significativo já que resulta de contas onde são registados os activos de maior liquidez do Município e que pretendem satisfazer necessidades mais imediatas da sua actividade. Das rubricas que engloba, merece destaque o valor das *dívidas de terceiros*, que totalizaram 926 mil euros e aumentaram, em relação ao exercício transacto, mais de 130 mil euros, ou seja, cerca de 17%. As restantes rubricas apresentaram valores mais reduzidos, havendo registos nas contas de *depósitos em instituições financeiras e caixa*, no montante de 667 mil euros, e em *existências*, no valor de 171 mil euros, rubricas estas que também viram os seus valores diminuídos em relação a 2009, em 3% e 28%, respectivamente.

Ainda no Activo, as contas de *acréscimos e diferimentos* apresentaram um valor considerável, na ordem dos 1,505 milhões de euros, que resulta, na sua maior parte, de acréscimos de proveitos associados à especialização dos impostos municipais, que se cobram em 2011, mas que dizem respeito ao exercício de 2010. Contudo, relativamente a 2009, verificou-se uma quebra nestes valores de quase 2%.

Relativamente ao Passivo, o valor total das contas que o compõem atingiu os 24,815 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 8% em relação aos valores verificados no balanço de 2009, ou seja, aumentou 1,9 milhões de euros. Este desempenho negativo está directamente relacionado com o aumento considerável das contas de *acréscimos e diferimento* (passivos), que passaram de 6,904 milhões de euros em 2009, para 9,209 milhões de euros no final de 2010, ou seja, verificou-se um crescimento na ordem dos 2,305 milhões de euros (cerca de 33%). Este aumento está relacionado essencialmente com o crescimento dos valores de proveitos diferidos, onde foram registadas receitas obtidas em 2010 mas que devem ser reconhecidas em exercícios posteriores, em montantes avultados, relativos basicamente a subsídios (comparticipações) para investimentos municipais que são reconhecidos durante o seu período de vida útil destes. O seu aumento foi superior a 2 milhões de euros, justificando a quase totalidade da variação já referida das contas de *acréscimos e diferimentos*.

As contas de *dívidas a terceiros – curto prazo* contribuíram também para o aumento do valor do Passivo, ainda que em menor grau do que as contas analisadas anteriormente. Atingiram um valor total de 9,771 milhões de euros, demonstrando um crescimento de 12% em relação aos valores de 2009, em resultado, em grande parte, do aumento dos valores das dívidas a fornecedores c/c, de aproximadamente 2%, das dívidas a outros credores, em mais de 50%, e das dívidas de empréstimos de curto prazo, que não foram compensados pela diminuição das dívidas a fornecedores de imobilizado e ao Estado. Note-se que também houve um aumento substancial dos valores a pagar em 2011 relativos a empréstimos de médio e longo prazos, na ordem dos 240 mil euros, que, para este efeito, são consideradas dívidas de curto prazo porque se vencem no prazo de 1 ano.

As contas de *dívidas a terceiros de médio e longo prazos* registaram o valor total de 5,694 milhões de euros, valor este inferior ao obtido em 2009 em mais de 21%, o que, em termos absolutos, se traduz numa redução do valor em dívida em cerca de 1,557 milhões de euros. Como diz respeito unicamente a dívidas a instituições de crédito, a diminuição dos valores desta natureza tem vindo a verificar-se nos últimos exercícios, em resultado do cumprimento dos planos de amortização dos empréstimos contraídos e da contenção no recurso ao crédito de longo prazo.

Ainda no Passivo, deve destacar-se o registo de *provisões para riscos e encargos*, no montante de 141 mil euros, que não acontecia em exercícios anteriores, e pretende salvaguardar responsabilidades derivadas de procedimentos em curso com desfecho ainda desconhecido, para os quais de reconhece algum risco.

Os Fundos Próprios sofreram uma ligeira variação em relação aos valores obtidos no exercício anterior, de quase 2%, totalizando 29,432 milhões de euros. O seu valor resulta essencialmente do valor do *património*, que regista 31,115 milhões de euros e verificou um aumento cerca de 13%, mas também do valor registado em *reservas*, com um montante de 728 mil euros, que praticamente não se alterou desde o último exercício, já que não se deliberaram reforços destas contas. Em sentido contrário, e com valores negativos, surgem as contas de *resultados transitados*, com um valor de -1,507 milhões de euros, na sequência da incorporação de resultados de anos anteriores e de regularizações, e o *resultado líquido do exercício*, no valor de -904 mil euros, com origem no apuramento dos resultados, conforme se pode verificar na análise efectuada no ponto seguinte.

Q19. Balanço Resumido

Designação	2010	2009	Var. 09/10
ACTIVO			
Imobilizado líquido	50.978.069,64 €	48.595.718,28 €	4,90%
Bens de domínio público	36.920.809,40 €	36.464.774,34 €	1,25%
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00%
Imobilizações corpóreas	11.406.448,23 €	9.395.123,43 €	21,41%
Investimentos financeiros	2.650.812,01 €	2.735.820,51 €	-3,11%
Circulante	1.763.789,72 €	1.721.174,16 €	2,48%
Existências	171.123,43 €	238.338,38 €	-28,20%
Dívidas de terceiros -c. prazo	926.043,87 €	792.489,82 €	16,85%
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00%
Depósitos em inst. financ. e caixa	666.622,42 €	690.345,96 €	-3,44%
Acréscimos e diferimentos	1.504.704,17 €	1.530.573,53 €	-1,69%
Total do Activo	54.246.563,53 €	51.847.465,97 €	4,63%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos próprios	29.431.872,03 €	28.971.232,98 €	1,59%
Património	31.115.137,81 €	27.525.623,18 €	13,04%
Reservas	728.353,74 €	728.282,24 €	0,01%
Resultados transitados	-1.507.401,70 €	1.146.385,69 €	123,46%
Resultado líquido do exercício	-904.217,82 €	-429.058,13 €	110,74%
Passivo	24.814.691,50 €	22.876.232,99 €	8,47%
Provisões para riscos e encargos	140.580,36 €	0,00 €	ind.
Dívidas a terceiros -m/longo prazo	5.694.074,87 €	7.251.308,30 €	-21,48%
Dívidas a terceiros -c. prazo	9.770.748,63 €	8.720.446,51 €	12,04%
Acréscimos e diferimentos	9.209.287,64 €	6.904.478,18 €	33,38%
Total de Fundos Próprios e Passivo	54.246.563,53 €	51.847.465,97 €	4,63%

3.2 Análise da Demonstração de Resultados

Analisando agora as contas que contribuem para os resultados do Município, tal como se apresentam na Demonstração de Resultados (cuja versão sintética se apresenta abaixo), constata-se que a estrutura de Custos e Perdas totalizou 14,573 milhões de euros, superior ao valor obtido em 2009 em cerca de 2%. O total de Proveitos e Ganhos, por seu lado, atingiu os 13,668 milhões de euros, registando um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior, de pouco mais de 1%.

Para melhor se compreender estas variações, importa analisar as contas que fazem parte dos Custos e Perdas. O total de *custos e perdas operacionais*, que correspondem às contas com maiores movimentos, atingiu os 13,582 milhões de euros, tendo aumentado ligeiramente em relação ao exercício anterior, em cerca de 2%. Destes, merece destaque a rubrica de *custos com pessoal*, que registou um valor total de 6,371 milhões de euros, tendo diminuído ligeiramente em relação a 2009, em cerca de 24 mil euros, o que não deixa de ser bastante positivo atendendo à inflexibilidade deste tipo de custos e à sua tendência crescente, em resultado das actualizações e progressões. Contudo, este valor assume uma importância relevante para a estrutura de resultados, já que representa cerca de 47% dos *custos e perdas operacionais* e 43% do total dos Custos e Perdas.

As contas de *fornecimentos e serviços externos* assumem-se também como uma parte significativa do total de custos, tendo atingido, em 2010, os 3,447 milhões de euros. Nesta conta verificou-se uma diminuição substancial em relação aos valores de anos transactos, na ordem dos 17%, em consequência das políticas restritivas e de contenção desenvolvidas, mantendo-se, todavia, o peso expressivo nos *custos operacionais* e nos *custos totais*, na ordem dos 25% e 24%, respectivamente.

As restantes contas de *custos operacionais* apresentam valores bastante mais reduzidos, com excepção das contas de *amortizações do exercício*, que englobam os valores correspondentes à depreciação dos bens da autarquia, e que atingiram os 2,570 milhões de euros. As contas de *transferências e subsídios concedidos, custo das*

mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) e outros custos e perdas operacionais assumem um peso relativo na estrutura de custos bastante inferior ao das contas já mencionadas, não tendo variado significativamente em relação aos valores registados em anos anteriores, com excepção das primeiras, que aumentaram 137% e atingiram um valor acima dos 783 mil euros, em consequência do aumento das transferências para diversas instituições e para o sector empresarial. Realce ainda para a conta de *provisões do exercício* que registou um valor de 175 mil euros, para a qual não se efectuaram registos em anos anteriores.

Os *custos e perdas financeiros* situaram-se nos 449 mil euros, tendo aumentado cerca de 51% face a 2009, devido principalmente ao reflexo das provisões para aplicações financeiras referentes ao exercício, não efectuadas em anos anteriores, já que o valor dos juros e outros encargos financeiros foram consideravelmente inferiores. Em sentido contrário, os *custos e perdas extraordinários* diminuíram em relação a 2009, cerca de 15%, tendo atingido os 542 mil euros, resultantes de custos associados a transferências de capital, encargos assumidos de natureza extraordinária e correcções efectuadas.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, os valores obtidos evidenciaram um ligeiro decréscimo em relação ao exercício transacto, de cerca de 1%, totalizando, no ano em análise, 13,668 milhões de euros. Com maior a contribuição para estes resultados, os *proveitos e ganhos operacionais* somaram 11,748 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao de 2009, em resultado dos valores obtidos nas várias contas que os compõem.

Destas, destacam-se, como vem sendo habitual, as contas de *transferências e subsídios obtidos*, nas quais se incluem as transferências provenientes do Orçamento de Estado, e que, apesar dos cortes aplicados nestas transferências, cresceram ligeiramente face a 2009, atingindo os 9,002 milhões de euros e representando cerca de 77% do valor dos *proveitos e ganhos operacionais* e 66% do total dos Proveitos e Ganhos. As rubricas de *impostos e taxas* apresentaram também um desempenho positivo, tendo alcançado um valor de 1,458 milhões de euros, ou seja, mais 2% do que os valores do

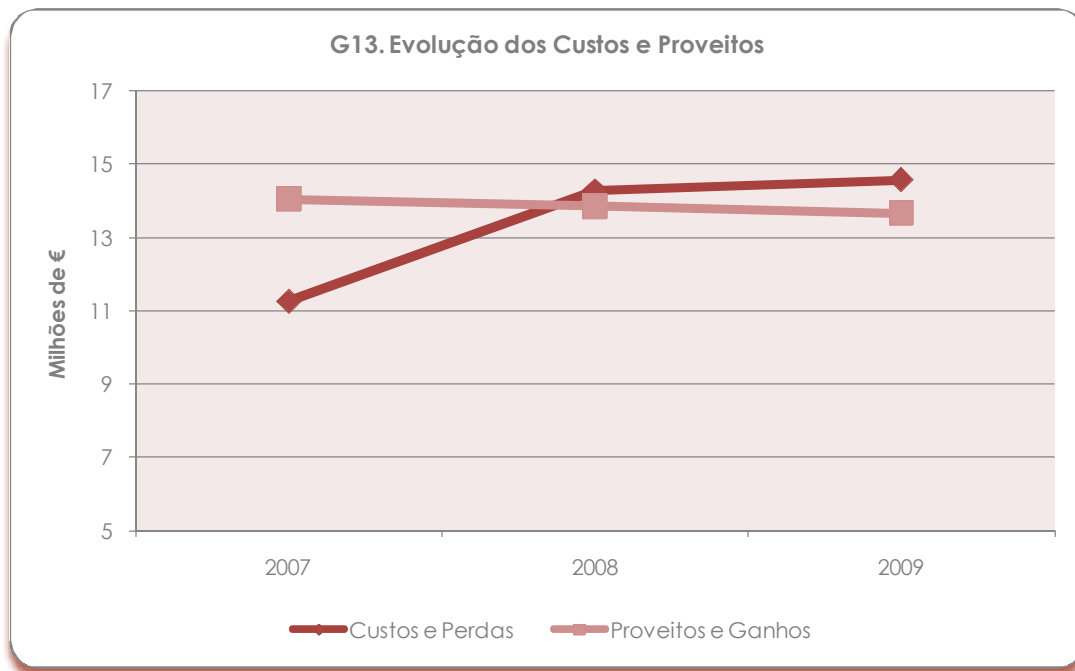
ano de 2009. As contas de *vendas e prestações de serviços e outros proveitos e ganhos operacionais* registaram diminuições no ano em análise, ainda que, em termos absolutos, pouco expressivas e valores semelhantes. As primeiras totalizaram 691 mil euros, enquanto que as segundas se ficaram pelos 595 mil euros.

Nos *proveitos e ganhos financeiros* atingiu-se o valor de 1,279 milhões de euros, correspondendo a um pequeno aumento relativamente a 2009 devido, principalmente, à reduzida variação dos rendimentos das participações ou e outras propriedades. Por outro lado, os *proveitos e ganhos extraordinários* apresentaram uma diminuição na ordem dos 14%, ficando-se pelos 642 mil euros, na sequência de variações pouco significativas nas contas que engloba referentes a receitas de natureza não operacional ou residuais.

Em consequência do conjunto de contas analisadas, o *Resultado Líquido do Exercício* totalizou, em 2010, o valor de -904 mil euros, significando um agravamento do seu valor face a 2009. Note-se, contudo, que o valor dos *Resultados Operacionais* foi negativo em 1,834 milhões de euros, originando um valor também negativo nos *Resultados Correntes*, em cerca de 1,004 milhões de euros, mesmo com o valor positivo dos *Resultados Financeiros*, que não compensou a perda nos *Resultados Operacionais*.

Q20. Demonstração de Resultados resumida

Designação	2010	2009	Var. 09/10
CUSTOS E PERDAS			
Custos e perdas operacionais	13.582.072,06 €	13.340.289,71 €	1,81%
CMVMC	191.321,52 €	89.844,06 €	112,95%
Fornecimentos e serviços externos	3.446.755,07 €	4.138.631,98 €	-16,72%
Custos com pessoal	6.370.948,89 €	6.395.214,75 €	-0,38%
Transferências e subs. conced.	783.367,05 €	331.225,57 €	136,51%
Amortizações do exercício	2.569.920,96 €	2.323.026,04 €	10,63%
Provisões do exercício	174.776,35 €	0,00 €	ind.
Outros custos e perdas operacionais	44.982,22 €	62.347,31 €	-27,85%
Custos e perdas financeiros	448.611,13 €	297.496,12 €	50,80%
Custos e perdas extraordinárias	541.888,39 €	636.429,57 €	-14,85%
Total de Custos e Perdas	14.572.571,58 €	14.274.215,40 €	2,09%
PROVEITOS E GANHOS			
Proveitos e ganhos operacionais	11.747.648,07 €	11.847.688,27 €	-0,84%
Vendas e prestações de serviços	691.473,52 €	818.726,25 €	-15,54%
Impostos e taxas	1.458.428,23 €	1.436.093,11 €	1,56%
Transferências e subsídios obtidos	9.002.308,45 €	8.979.902,41 €	0,25%
Outros proveitos e ganhos oper.	595.437,87 €	612.966,50 €	-2,86%
Proveitos e ganhos financeiros	1.278.727,82 €	1.251.411,68 €	2,18%
Proveitos e ganhos extraordinários	641.977,87 €	746.057,32 €	-13,95%
Total de Proveitos e Ganhos	13.668.353,76 €	13.845.157,27 €	-1,28%
RESULTADOS			
Resultados Operacionais	-1.834.423,99 €	-1.492.601,44 €	34,45%
Resultados Financeiros	830.116,69 €	953.915,56 €	-12,98%
Resultados Correntes	-1.004.307,30 €	-538.685,88 €	63,58%
Resultado Líquido do Exercício	-904.217,82 €	-429.058,13 €	110,74%



3.3 Indicadores Económico-Financeiros

Tal como efectuado na análise orçamental, apresentam-se seguidamente alguns indicadores de natureza económica e financeira que permitem uma avaliação da situação deste Município e a sua comparação com os últimos exercícios. Os rácios apresentados resultam de uma escolha de entre inúmeros indicadores de cariz patrimonial existentes e utilizados na área empresarial, atendendo à sua maior aplicabilidade e ao seu interesse para a realidade pública.

Q21. Evolução dos Rácios Económico-financeiros

Designação	Rácio	2007	2008	2009	2010
Coefficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	124%	148%	127%	119%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Activo Total	55%	60%	56%	54%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo de Curto Prazo	7%	40%	20%	18%
Grau de Dependência do Médio/Longo Prazo	Dívida M/L Prazo / Activo Total	18%	15%	14%	10%
Endividamento	Dívidas a terceiros / Fundos Próprios + Passivo	44%	25%	31%	29%

Dos resultados apresentados pode concluir-se que:

- Apesar de ter decrescido ligeiramente, a solvabilidade continua elevada, uma vez que os capitais próprios são superiores aos alheios, evidenciando uma solidez económico-financeira e uma grande capacidade para fazer face aos seus compromissos;
- A autonomia financeira continua satisfatória, já que a maior parte dos seus activos é financiado pelos capitais próprios, havendo reduzida dependência de financiamento externo;
- O grau de liquidez geral diminuiu face aos exercícios anteriores, significando que a proporção dos passivos de curto prazo que podem ser pagos por activos financeiros mais líquidos é menor;
- Apesar de também inferior, o grau de dependência dos financiamentos de médio e longo prazos é muito reduzido, principalmente porque se deve ter em conta que foi utilizado o valor do activo líquido, sendo ainda menor caso se compare com o valor do activo bruto total;

- O nível de endividamento é reduzido e decresceu neste exercício, já que as dívidas a terceiros têm um peso reduzido no valor dos fundos próprios e passivo.

3.4 Evolução da Dívida a Terceiros

Com o agudizar da crise generalizada que se vive actualmente, têm vindo a ser impostas novas restrições às despesas públicas e ao recurso ao crédito como forma de controlar a situação orçamental do país e cumprir com as exigências europeias relativamente ao défice e à dívida pública. A par destas restrições, a generalidade dos agentes económicos, principalmente as famílias e as pequenas e médias empresas, têm sentido dificuldades acrescidas no cumprimento das suas obrigações e na manutenção dos seus níveis de actividade e de consumo.

Estes dois efeitos conjugados têm trazido novas dificuldades para a gestão autárquica, essencialmente na obtenção de receitas que permitam a cobertura das despesas essenciais, uma vez que a impossibilidade de recurso a financiamento bancário limita a sua capacidade de investimento e a fragilidade dos agentes económicos tem como consequência a quebra imediata nas receitas associadas aos impostos e taxas aplicadas. Se a estes constrangimentos se acrescentarem os cortes recentemente efectuados nas transferências do Estado e a dificuldade de obtenção das participações previstas no QREN, poder-se-á concluir que resta aos Municípios a tentativa de obtenção do equilíbrio entre dois binómios que, no fundo, se opõem: a manutenção da actividade considerada essencial para a manutenção da qualidade de vida dos seus munícipes, com especial importância face à situação difícil destes, ou a redução das despesas por forma a que se cumpram as exigências orçamentais e os limites aos montantes das dívidas públicas municipais.

Tendo sempre este equilíbrio como objectivo, este executivo municipal tentou, tal como já foi amplamente referido, manter o nível de actividade que considera essencial e controlar os níveis da dívida entre valores que se considerem aceitáveis para o nível

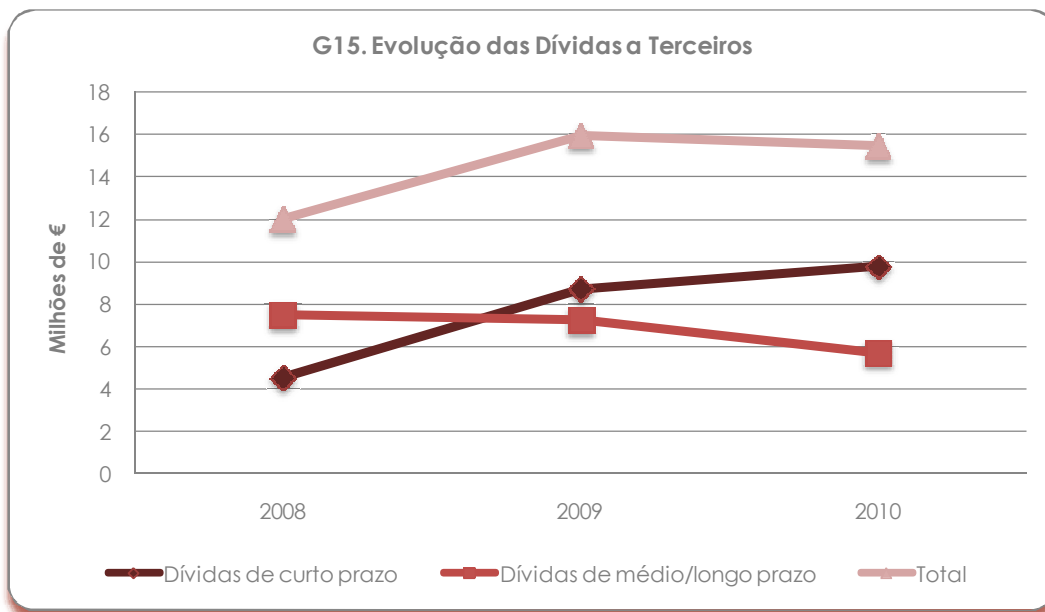
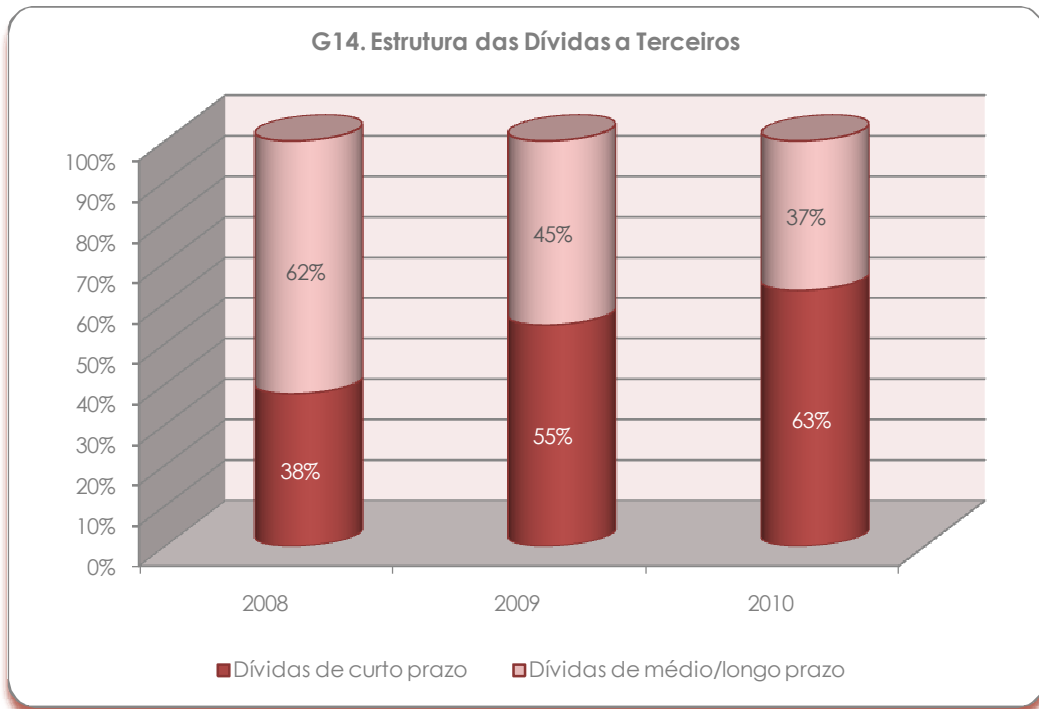
de exigência da gestão e para o equilíbrio das entidades com quem se relaciona. Neste sentido, a dívida municipal totalizava, a 31 de Dezembro de 2010, 15,465 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de cerca de 3% em relação à situação verificada no final do exercício anterior, o que, face aos constrangimentos relatados, se pode considerar muito positivo. Este valor da dívida total distribuiu-se em 9,771 milhões de euros de dívidas de curto prazo e 5,694 milhões de euros de dívidas de médio e longo prazos correspondentes exclusivamente a dívida bancária. Conforme se pode verificar, em relação a 2009, a dívida de curto prazo aumentou cerca de 12%, enquanto que a dívida de médio e longo prazos decresceu aproximadamente 21%.

Q22. Evolução das Dívidas a Terceiros

Designação	2008	2009	2010
Dívidas de curto prazo	4.526.019,17 €	8.720.446,51 €	9.770.748,63 €
Dívidas de médio/longo prazo	7.503.257,45 €	7.251.308,30 €	5.694.074,87 €
Total	12.029.276,62 €	15.971.754,81 €	15.464.823,50 €

A análise da estrutura da dívida a terceiros permite concluir que, com excepção do exercício de 2008 pela excepcional execução orçamental, os últimos anos demonstram que o peso das dívidas de curto prazo tem sido superior ao das dívidas de médio e longo prazos. Para este facto também contribuiu a alteração dos procedimentos a partir de 2009, com reflexo no Balanço, que se traduz na passagem anual da dívida de empréstimos de médio/longo prazo que se vence no horizonte de 1 ano, para dívidas de curto prazo, aumentando o valor destas últimas, por contrapartida da redução das primeiras.

Mesmo tendo presente estas alterações, a análise da evolução das dívidas permite concluir que as estas decresceram em consequência da diminuição das dívidas de horizonte mais alargado, que compensa o aumento das dívidas exigíveis a curto prazo.



3.5 Cumprimento dos Limites de Endividamento

Face à importância do endividamento municipal no contexto actual, durante o exercício de 2010 houve a constante preocupação em manter os seus valores dentro

dos limites legais definidos. De acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro) os Municípios estão sujeitos ao cumprimento de limites ao endividamento líquido, calculado de acordo com o conceito de necessidades de financiamento do SEC 95, de endividamento de curto prazo e de endividamento de médio/longo prazo, de acordo com as seguintes definições:

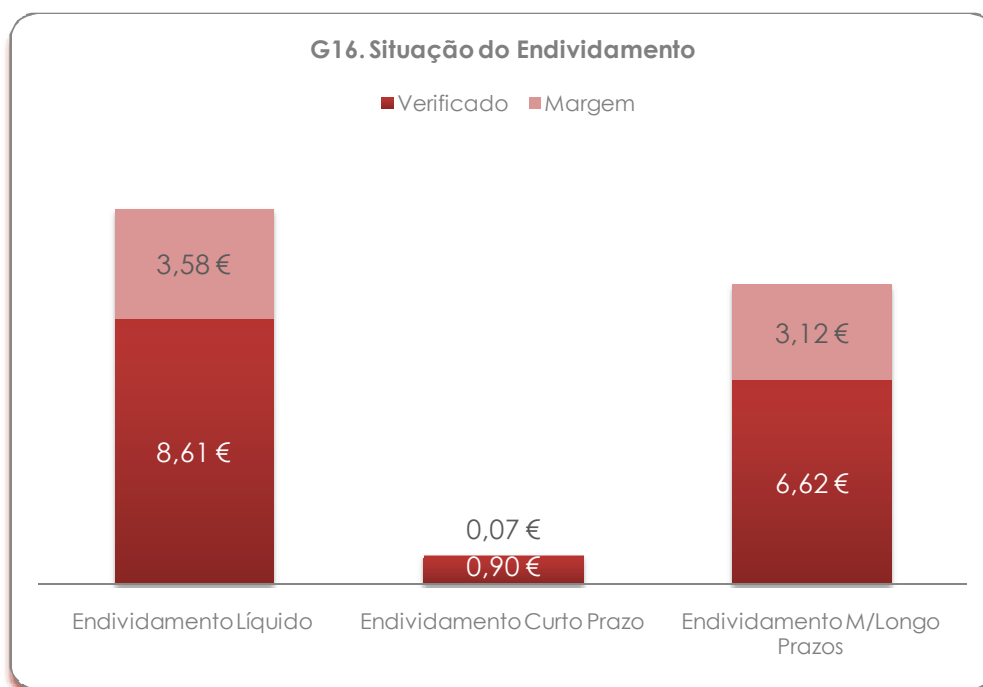
- *Endividamento Líquido Municipal* – o montante do endividamento líquido de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior;
- *Endividamento de Curto Prazo* – o montante dos contratos de empréstimos de curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior;
- *Endividamento de Médio/Longo Prazo* - o montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Com base nestas normas legais, a situação deste Município no final do exercício em análise é a seguinte:

Q23. Situação do Endividamento Municipal a 31/12/2010

Designação	Limite	Verificado	Situação	Utilização
Endividamento Líquido	12.186.349,00 €	8.611.323,50 €	Margem de 3.575.025,50 €	71%
Endividamento Curto Prazo	974.907,90 €	900.000,00 €	Margem de 74.907,90 €	92%
Endividamento M/Longo Prazo	9.749.079,00 €	6.624.567,42 €	Margem de 3.124.511,58 €	68%

Pela análise dos valores apresentados, pode verificar-se que esta autarquia se encontrava, no final do período em questão, numa situação bastante confortável relativamente aos limites legais de endividamento, registando margens bastante significativas, quer no endividamento líquido, quer no endividamento de médio/longo prazo, estando a utilizar apenas 71% e 68% dos respectivos limites. Relativamente aos valores de 2009, registou-se uma diminuição significativa dos valores absolutos de endividamento líquido e de médio/longo prazo, na ordem dos 21% e 17%, respectivamente.



Convém, contudo, referir-se que, de acordo com o disposto no n.º 4 do art. 39.º da já mencionada Lei das Finanças Locais, relevam para o cálculo dos limites de médio/longo

prazo os empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de Dezembro do ano a que se referem, já que estes podem ter a maturidade máxima de 1 ano. Considerando que o empréstimo de curto prazo contratado em 2010 não foi amortizado até ao final do exercício, o seu valor deve ser acrescido ao valor do endividamento de médio/longo prazo, para aferição do cumprimento dos limites estabelecidos. Conforme se pode confirmar, com a aplicação desta regra o endividamento de médio/longo prazo continua dentro do limite legal, atingindo o valor de 7,525 milhões de euros.

Deve, ainda, sublinhar-se que os dados apresentados não incluem os contributos das entidades participadas incluídas no círculo de consolidação de endividamento municipal, tal como previsto na referida lei, sendo habitualmente valores pouco relevantes para o apuramento final dos níveis de endividamento.

3.6 Apuramento dos Custos por Funções

À administração autárquica compete implementar modelos de gestão que facilitem e agilizem a resolução dos problemas com que se depara. A preocupação em melhor servir os cidadãos e as comunidades em que se inserem, obriga a um esforço de criação ou optimização de sistemas de obtenção e distribuição de informação de suporte à decisão, tornando a gestão mais eficiente, mais rigorosa e mais direccionada para as prioridades colectivas.

A utilização de um sistema de contabilidade de custos imposta pelo POCAL veio permitir que se modernizasse a administração municipal, constituindo-se como um instrumento fundamental de apoio à gestão dos recursos e contribuindo com uma óptica direccionada para as funções das autarquias, para os serviços disponibilizados e para os preços praticados. Este sistema veio dar resposta a uma necessidade de maior qualidade na informação produzida, principalmente trabalhada para os objectivos e fins a que as entidades se propõem.

Desde a implementação do POCAL que o Município de S. Pedro do Sul tem vindo criar as condições para que este sistema de contabilidade seja uma realidade. O exercício de 2008 foi o primeiro em que o sistema de contabilidade de custos foi aplicado plenamente, conferindo um novo instrumento a quem executa e a quem decide, não só no cumprimento de nova legislação entretanto publicada, como é o caso do regime jurídico das taxas das autarquias, como na criação de novos modelos de organização.

Para estes efeitos, o POCAL prevê o tratamento de todos os custos do exercício (e facultativamente dos proveitos), através da agregação da informação nos seguintes mapas obrigatórios cujo conteúdo depende da organização de cada entidade e dos seus objectivos principais:

1. CC1 – Materiais
2. CC2 – Cálculo do custo/hora da mão-de-obra
3. CC3 – Mão-de-obra
4. CC4 – Cálculo do custo/hora de máquinas e viaturas
5. CC5 – Máquinas e viaturas
6. CC6 – Apuramento de custos indirectos
7. CC7 – Apuramento de custos de bem ou serviço
8. CC8 – Apuramento de custos directos da função
9. CC9 – Apuramento dos custos por função

Face à importância deste sistema de informação e como complemento a toda a análise já efectuada ao longo do presente documento baseada na contabilidade de cariz orçamental e patrimonial, apresenta-se um mapa resumido com a desagregação dos custos directos e indirectos do exercício em análise, por função definida no POCAL:

Função	C. Imputação	2010	2009	Varição 09/10
111 - Administração Geral				
Directos a Bens e Serviços		263.316,53 €	247.135,05 €	
Indirectos a Bens e Serviços		49.775,08 €	47.736,32 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	0,02%	455,81 €	583,78 €	
TOTAL		313.547,42 €	295.455,15 €	18.092,27 €
121 - Protecção e Luta contra Incêndios				
Directos a Bens e Serviços		66.627,42 €	134.904,46 €	

Indirectos a Bens e Serviços		8.369,05 €	13.156,81 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	1,19%	13.208,30 €	27.805,95 €	
TOTAL		88.204,77 €	175.867,22 €	-87.662,45 €
211 - Ensino não Superior				
Directos a Bens e Serviços		202.363,37 €	227.285,82 €	
Indirectos a Bens e Serviços		78.069,51 €	81.973,55 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	2,01%	55.305,78 €	66.272,84 €	
TOTAL		335.738,66 €	375.532,21 €	-39.793,55 €
212 - Serviços auxiliares de ensino				
Directos a Bens e Serviços		1.427.350,32 €	1.528.746,43 €	
Indirectos a Bens e Serviços		28.956,42 €	26.543,79 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	5,44%	291.486,82 €	328.880,10 €	
TOTAL		1.747.793,56 €	1.884.170,32 €	-136.376,76 €
221 - Serviços Individuais de Saúde				
Directos a Bens e Serviços		135.155,98 €	92.310,18 €	
Indirectos a Bens e Serviços		41.899,43 €	110.559,64 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	4,37%	27.859,43 €	42.586,56 €	
TOTAL		204.914,84 €	245.456,38 €	-40.541,54 €
231 - Segurança Social				
Directos a Bens e Serviços		870,00 €	703,75 €	
Indirectos a Bens e Serviços		9.488,16 €	50.678,70 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	0,03%	266,26 €	5.105,55 €	
TOTAL		10.624,42 €	56.488,00 €	-45.863,58 €
232 - Acção Social				
Directos a Bens e Serviços		11.776,29 €	18.334,55 €	
Indirectos a Bens e Serviços		283.766,55 €	286.632,06 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	1,93%	59.781,90 €	65.193,65 €	
TOTAL		355.324,74 €	370.160,26 €	-14.835,52 €
241 - Habitação				
Directos a Bens e Serviços		567,48 €	580,06 €	
Indirectos a Bens e Serviços		75.891,14 €	71.723,91 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	0,39%	15.786,76 €	15.428,40 €	
TOTAL		92.245,38 €	87.732,37 €	4.513,01 €
242 - Ordenamento do Território				
Directos a Bens e Serviços		33.820,15 €	64.009,45 €	
Indirectos a Bens e Serviços		375.093,61 €	370.523,50 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	2,03%	84.010,81 €	93.136,16 €	
TOTAL		492.924,57 €	527.669,11 €	-34.744,54 €
243 - Saneamento				
Directos a Bens e Serviços		257.470,10 €	199.089,19 €	
Indirectos a Bens e Serviços		92.180,86 €	94.391,90 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	4,04%	65.770,22 €	61.845,67 €	
TOTAL		415.421,18 €	355.326,76 €	60.094,42 €
244 - Abastecimento de água				
Directos a Bens e Serviços		416.268,28 €	429.347,61 €	
Indirectos a Bens e Serviços		92.545,21 €	95.337,90 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	2,76%	102.616,14 €	107.738,53 €	
TOTAL		611.429,63 €	632.424,04 €	-20.994,41 €
245 - Resíduos Sólidos				

Directos a Bens e Serviços		543.667,44 €	552.085,60 €	
Indirectos a Bens e Serviços		37.542,02 €	49.882,85 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	4,23%	115.302,17 €	120.421,12 €	
TOTAL		696.511,63 €	722.389,57 €	-25.877,94 €
246 - Protecção do meio ambiente e conservação da natureza				
Directos a Bens e Serviços		563.364,26 €	527.520,97 €	
Indirectos a Bens e Serviços		106.247,97 €	106.889,76 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	2,30%	138.039,33 €	133.375,13 €	
TOTAL		807.651,56 €	767.785,86 €	39.865,70 €
251 - Cultura				
Directos a Bens e Serviços		378.874,60 €	473.499,98 €	
Indirectos a Bens e Serviços		244.512,79 €	247.532,76 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	2,06%	130.404,29 €	154.138,81 €	
TOTAL		753.791,68 €	875.171,55 €	-121.379,87 €
252 - Desporto, recreio e lazer				
Directos a Bens e Serviços		518.155,38 €	395.817,29 €	
Indirectos a Bens e Serviços		441.440,53 €	488.803,18 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	3,18%	195.032,87 €	185.919,01 €	
TOTAL		1.154.628,78 €	1.070.539,48 €	84.089,30 €
253 - Outras actividades cívicas e religiosas				
Directos a Bens e Serviços		32.313,78 €	62.389,92 €	
Indirectos a Bens e Serviços		17.939,35 €	20.452,66 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	0,27%	10.066,81 €	15.888,63 €	
TOTAL		60.319,94 €	98.731,21 €	-38.411,27 €
310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca				
Directos a Bens e Serviços		17.762,15 €	224.599,64 €	
Indirectos a Bens e Serviços		195.725,62 €	193.799,01 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	0,83%	44.497,03 €	82.717,13 €	
TOTAL		257.984,80 €	501.115,78 €	-243.130,98 €
320 - Indústria e energia				
Directos a Bens e Serviços		543.120,63 €	588.544,29 €	
Indirectos a Bens e Serviços		81.169,62 €	83.816,24 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	7,25%	112.855,49 €	124.832,88 €	
TOTAL		737.145,74 €	797.193,41 €	-60.047,67 €
331 - Transportes Rodoviários				
Directos a Bens e Serviços		2.712.097,71 €	2.529.654,60 €	
Indirectos a Bens e Serviços		78.121,55 €	80.159,40 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	16,16%	552.347,91 €	541.943,51 €	
TOTAL		3.342.567,17 €	3.151.757,51 €	190.809,66 €
341 - Mercados e feiras				
Directos a Bens e Serviços		131.509,92 €	15.795,38 €	
Indirectos a Bens e Serviços		5.458,50 €	4.041,71 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	0,46%	30.083,94 €	4.127,32 €	
TOTAL		167.052,36 €	23.964,41 €	143.087,95 €
342 - Turismo				
Directos a Bens e Serviços		27.391,49 €	17.578,75 €	
Indirectos a Bens e Serviços		21.936,10 €	23.078,45 €	
Indirectos a Funções (238.389,63€)	0,00%	9.674,42 €	8.701,64 €	
TOTAL		59.002,01 €	49.358,84 €	9.643,17 €

410 - Operações de Dívida Autárquica			
Directos a Bens e Serviços		130.034,62 €	285.931,77 €
Indirectos a Bens e Serviços		- €	- €
Indirectos a Funções (238.389,63€)	1,81%	23.989,94 €	62.394,59 €
TOTAL		154.024,56 €	348.326,36 € -194.301,80 €
420 - Transferências entre Administrações			
Directos a Bens e Serviços		397.572,38 €	187.286,24 €
Indirectos a Bens e Serviços		- €	- €
Indirectos a Funções (238.389,63€)	14,72%	51.349,75 €	37.569,27 €
TOTAL		448.922,13 €	224.855,51 € 224.066,62 €
430 - Diversas não especificadas			
Directos a Bens e Serviços		510.289,38 €	3.817,52 €
Indirectos a Bens e Serviços		37.339,82 €	43.684,02 €
Indirectos a Funções (238.389,63€)	22,50%	64.925,34 €	10.022,61 €
TOTAL		612.554,54 €	57.524,15 € 555.030,39 €

4 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2010, no valor de -904.217,82 euros (negativo), seja aplicado da seguinte forma:

1. O valor seja transferido para a conta 59 – Resultados transitados;
2. Não seja efectuado qualquer reforço do Património ou das Reservas.

5 – FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Com excepção da já referida entrada em vigor da nova estrutura orgânica dos serviços municipais, por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 305/2009 (Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais), não se registaram factos relevantes após o termo do exercício.

5 - PERSPECTIVA FUTURA

Apesar do seu forte pendor negativista, a crise generalizada que nos afecta actualmente tem permitido que se discuta o modelo de organização do Estado, especialmente na relação entre este e os cidadãos e a iniciativa privada. A importância de cada agente desta relação é inquestionável, relativamente ao Estado enquanto regulador e garantia da disponibilização de bens e serviços públicos essenciais, e relativamente aos privados, que contribuem com parte da riqueza que produzem para que aqueles lhe sejam disponibilizados. Pode, sim, estar em causa o equilíbrio entre os dois lados desta balança.

Ao nível local, a discussão pode ser ainda mais pertinente. É hoje sabido que a dinamização das sociedades locais e o reforço dos agentes económicos privados de base regional são objectivos primordiais do Estado em geral, mas cabem principalmente aos Municípios. Para alcançar estes objectivos, os instrumentos ao dispor das autarquias revelam-se fundamentais e estão directamente relacionados com a autonomia local e com a importância da comunidade que cada estrutura representa, existindo assim uma relação circular de importância: quanto mais activa e dinâmica for a comunidade local, mais forte e legítima é a acção dos órgãos municipais, uma vez que estes são a expressão da identidade dos seus cidadãos, e em melhor condição estarão para alcançar melhores instrumentos de acção. Daqui se pode concluir que importa que as instituições do poder local reforcem as relações com a comunidade e façam participar os cidadãos no processo político, ganhando com isso capacidade e força na relação com o Estado.

Está aqui em causa a autonomia local, não só administrativa, mas também financeira, traduzida na capacidade efectiva das autarquias locais regularem e gerirem uma parte importante dos assuntos públicos. Mas este é o verdadeiro constrangimento. O quadro de delegação de atribuições e competências para os Município tem sido executado a conta-gotas, de uma forma descoordenada e incoerente. Os diplomas que regulam as finanças locais apesar de visarem uma repartição mais equitativa dos fundos públicos pelas autarquias, estão longe de ter permitido um grau aceitável de autonomia

financeira. Segundo dados que têm vindo a ser apresentados, a dependência dos Municípios das transferências do Orçamento de Estado continua a ser muito alta, enquanto que a fiscalidade local continua a ter um peso reduzido na estrutura das receitas municipais, principalmente em autarquias com menor densidade populacional, e continua excessivamente dependente do poder central, quer na criação de impostos e respectivas taxas, quer na liquidação e cobrança.

Esta dependência exagerada deve ser contrariada através do reforço das receitas próprias locais e conseqüente diminuição da dependência das verbas lineares do Orçamento de Estado, sob pena de, para além de se agudizar a centralização das decisões ao nível local, se agravar também a situação financeira das autarquias em resultado da sua fraca autonomia para a realização de uma gestão activa dos seus recursos. E diminui ainda a responsabilização de quem gere, com prejuízos para todos, na medida em que, como não cobram directamente, não têm que prestar contas à população que servem sobre os valores cobrados, já que o financiamento da sua actividade é repartido por todos numa óptica de centralização. O poder local vê-se confrontado com a necessidade de optar entre viver na dependência das competências que o Estado quiser transferir para a sua esfera, ainda que sem a totalidade dos correspondentes poderes e recursos, ou tentar ser activo na afirmação de posições novas.

Importa que se contrarie a tendência dos últimos anos. O poder local tem por detrás uma tradição de autonomia, cuja diminuição resultou de uma visão deturpada da administração central, baseada em argumentos de maior peso do que os seus. Para o futuro, o reforço da autonomia local é a solução face a um centralismo distante das necessidades locais, pouco sensibilizado e responsabilizado para resolver os problemas específicos de proximidade, para os quais não reconhece sequer importância.

S. Pedro do Sul, 12 de Abril de 2011

O Vereador da Câmara Municipal,

Dr. José Alberto da Silva Alexandre e Sousa

